

SESSÕES DO PLENÁRIO

41ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de dezembro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora marcada, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão, com o objetivo de apreciar o Orçamento do Estado da Bahia em seu primeiro turno, como também o pedido de destaque para o referido projeto.

Não há Pequeno Expediente. Não há Grande Expediente. Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do PRP ou da Maioria para falar ou indicar o orador por 10 minutos. (Pausa) Não há orador. Com a palavra o Líder da Minoria ou do PSC.

O Sr. Heraldo Rocha:- Por todo o tempo, o deputado Fernando Torres.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Fernando Torres, de Feira de Santana, durante 10 minutos.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs.

do Governo que estão aqui trabalhando, Srs. da Oposição, deputada Eliana Boaventura, minha conterrânea de Feira de Santana, deputado Zé Neto, também meu conterrâneo e amigo, se César Borges ficar no grupo do PT, ele deverá apoiar. Mas o senador deve ficar com Paulo Souto. Então V.Ex^a não vai apoiar.

Vim aqui fazer um debate sadio, tranquilo em relação ao governo do Estado com a Prefeitura de Feira de Santana. Comparar as atitudes daquele com o município e as do prefeito Tarcízio Pimenta e do ex-prefeito José Ronaldo.

Deputado Heraldo Rocha, parece que só há governo municipal. Zé Neto tenta, tenta, porque é o único deputado governista... Quando falo que ele é o único parlamentar da Situação, esqueço seu nome. Afinal, você ficou fora do governo um bom tempo e é o único que tenta trazer recursos para Feira. Mas não consegue. Por enquanto, naquela cidade não acontece nada de concreto no governo Jaques Wagner. Eliana está começando agora. Sinceramente não vejo motivo algum, deputada, para criticar o governo de Tarcízio ou elogiar o do PT lá. Claro que o seu papel é defender o governo. Mas Feira de Santana não está cega em relação às atitudes do estadual.

O município hoje não tem nada de concreto feito pelo governo da Bahia. Posso lhe dar até um aparte para você me falar o que é que tem de concreto dele lá. O que tem de concreto é um assassinato por dia, deputado Paulo Azi. É a falta de segurança pública, pois ninguém pode sair às ruas com medo de morrer. Você sabe muito bem disso. O que tem de concreto é a promessa do Hospital Geral da Criança, que iria ser inaugurado no primeiro ano da atual gestão, mas só o será no ano que vem para tentarem ganhar votos do povo feirense.

A de Tarcízio é outra administração, que a senhora elogiou muito durante um bom tempo. Agora não sei por que está nessa briga com ele, que não merece isso. O prefeito feirense não merece isso! Em um ano já está inaugurando um viaduto, já asfaltou as Avenidas Maria Quitéria e a Av. Getúlio Vargas, e Feira de Santana é a 28^a cidade que mais empregou no Brasil, mais do que Camaçari.

Então, Excelência, é dor de cotovelo, e não trabalho com o governador Jaques Wagner dessa forma, tentando criticar aquele que trabalha. Você sabe muito bem que eu nunca fui amigo de José Ronaldo, mas nunca critiquei a administração de José Ronaldo, criticava a pessoa.

Nunca fui amigo, você sabe muito bem que eu tive várias desavenças com José Ronaldo, meu amigo é Tarcísio. O que V.Ex^a fez hoje, realmente eu tinha que responder, está errado, Feira de Santana não merece isso, e Tarcísio também não merece essa crítica, porque é o melhor prefeito da Bahia.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. FERNANDO TORRES:- Concedo o aparte ao deputado Zé Neto, logo após a V.Ex^a.

O Sr. Zé Neto:- Deputado Fernando, V.Ex^a sabe do respeito que tenho por V.Ex^a, nós amadurecemos muito na nossa amizade, e hoje não o considero um político conhecido, e sim um amigo, por quem tenho respeito, assim como por sua família, e graças a Deus tem sido recíproco.

Quero fazer algumas pontuações. Primeiro, nós trouxemos 52 novas

empresas para o CIS...

O Sr. FERNANDO TORRES:- O governo federal, Excelência. Estou fazendo uma comparação do governo do estado com a Prefeitura de Feira, que foi o que a deputada Eliana...

O Sr. Zé Neto:- (...) Com o CIS, assinou os protocolos, compramos 5 milhões e 200 mil reais de novas áreas, e tem 52 novas empresas instaladas no CIS, de 3 anos para cá.

Nós investimos lá 20% do montante de 98 milhões já investidos no parque, tirando de 32 para 37% de cobertura de esgoto, com 20% do governo estadual.

Hoje, deputado Fernando Torres, temos mais de 27 milhões de investimento dentro da Embasa. Em Feira de Santana, temos a maior obra de infraestrutura de saneamento da Bahia.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Não é do governo do estado, Excelência, é obra do parque.

O Sr. Zé Neto:- (...) Vinte por cento é recurso público do governo do estado. V.Exª talvez não saiba, mas falei no rádio agora há pouco que depois de 3 anos de uma luta muito grande, porque infelizmente veio uma crise, foi publicada a licitação para um SAC de grande porte em Feira de Santana, que será construído com licitação já publicada, e será realizada no dia 20 agora, na Sucab de Feira de Santana, em frente à rodoviária.

Eu podia dizer a V.Exª muitas outras coisas. Posso garantir a V.Exª, inclusive a deputada Eliana foi muito feliz quando disse aqui, que só no governo de Tarcísio nós investimos 1 milhão e 600 mil reais de novas ligações da Embasa, junto com ele.

Construímos com Tarcísio, na parte dele, uma central de regulação regional. Temos feito diversas pequenas intervenções, 4 ambulâncias serão dadas a Feira de Santana, falta só documento da prefeitura, mas está tudo designado para lá.

Poderia falar aqui por meia hora de situações das visitas, dos batizados de bonecas que Paulo Souto fazia em Feira de Santana.

A Srª Eliana Boaventura:- V.Exª me concede um aparte?

O Sr. FERNANDO TORRES:- Concedo aparte à deputada Eliana.

A Srª Eliana Boaventura:- Fernando, vou falar aqui sem emoção. V.Exª não pode dizer que eu apoiei e elogiei o governo de Tarcísio. Eu apoiei Tarcísio Pimenta, desisti de uma candidatura, acreditando em Tarcísio Pimenta.

Mas em janeiro eu já estava aqui na Assembleia, e não deixei, em momento nenhum. A primeira conversa que tive com o governador Jaques Wagner é que eu queria continuar ajudando Feira de Santana, e como grande democrata que ele é, ele disse que eu estava com toda razão, e nós vamos trabalhar por Feira de Santana. E vem trabalhando por Feira de Santana.

V.Exª não sabe ou não quer admitir, até entendo, o V.Exª hoje é uma pessoa que está apoiando o governo de Tarcísio Pimenta...

O Sr. FERNANDO TORRES:- Sempre estive, deputada.

A Srª Eliana Boaventura:- (...) mas eu apoio Feira de Santana, diferentemente de apoiar um prefeito, eu apoio Feira de Santana.

Quero dizer a V.Ex^a que se não fosse a nossa participação em dizer ao prefeito Tarcísio Pimenta, que não tinha um projeto no Ministério da Cidade no mês de setembro, e o deputado João Leão me ajudou nisso, colocou a assessoria dele à disposição para que o prefeito Tarcísio conseguisse o projeto do Ministério das Cidades. Caso contrário, Feira de Santana não teria um projeto do Ministério das Cidades. Eu coloquei aqui, e conversei com o prefeito Tarcísio, R\$ 200 mil em obras para Feira de Santana. Depois, conversei sobre a... E ele nunca deu uma satisfação, nem sequer de indicar o lugar. O senhor não me faça dizer algumas coisas que, às vezes, acontecem, mas para não deixar Feira de Santana numa situação difícil, porque quem começou desde janeiro a dizer que Feira estava acima de qualquer coisa fui eu. Graças a Deus, fiz escola em Feira de Santana.

Agradeço e desculpe-me por tomar um pouco mais do seu tempo, mas V.Ex^a disse coisas que, realmente, não existem, porque o governador Wagner tem trabalhado muito por Feira de Santana. Vou enumerar diversas obras que ele tem feito lá em Feira.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Excelência, não há nem comparação entre a administração do prefeito Tarcísio e a administração do governo do Estado. Não há nem comparação. Isso quem diz não sou eu, quem diz é a cidade. A segurança pública em Feira, Excelência, está um caos. Por que vocês não falam da segurança pública? Trezentos assassinatos este ano. Por que não falam disso? Por que não dizem que a Polícia Militar não tem nem gasolina para as viaturas andarem? Isso aí, Excelência, não é ...

O que quero dizer é que o prefeito Tarcísio está sendo o melhor prefeito da Bahia e não merece que V.Ex^a fale dessa forma.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo cedido.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder do governo ou o representante do PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, não há orador. Agora, parece-me que já foi convocado antes o PRP pelo deputado Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Não.

O Sr. Waldenor Pereira:- Então, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, o deputado Gaban falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, já que aproximadamente às 15 horas estamos aqui tentando discutir a peça mais importante que o Poder Legislativo vota a cada ano, tentativa essa infrutífera, nenhum aparte solicitado pela Bancada do governo. Vou então procurar tratar de outros assuntos.

Começo dizendo que não consigo entender um governo que usou como bandeira o servidor público do Estado, exibiu contracheques de todos os servidores, da Polícia Militar. Um governo que se propalava com base no passado de luta, sobretudo os membros do PT, nas portas de fábricas, nas portas de escolas, de hospitais, fazendo manifestações que a democracia permitia, na qual podiam dar a sua opinião e reivindicar, fazer suas reivindicações e fazer as justas lutas.

Imaginávamos que esse governo teria dois pontos extremamente positivos: primeiro, que a Bahia se tornaria um canteiro de obras pela amizade pessoal do governador Jaques Wagner com o presidente Lula. Isso foi usado ostensivamente na campanha eleitoral, diziam: “Um presidente da República do PT, um governador do PT, a Bahia, um canteiro de obras!” Esse mesmo sentimento que foi levado para a população chegou a todas as categorias de servidores públicos. Um homem que é de luta, de tradição, de reivindicação, não vai faltar com o servidor público do Estado da Bahia.

Creio eu, as pesquisas não indicam, mas, por todos os servidores com que conversava, não seria exagero afirmar que 98% acreditaram nessa promessa. Câmaras setoriais de discussão foram apresentadas pelo governo como uma novidade, e efetivamente eram uma novidade, e a expectativa dos servidores cada vez mais aumentou.

A gente vê chegando já no último ano do governo Wagner e todas as categorias insatisfeitas, mas um silêncio incomodativo dos presidentes de sindicatos que não se manifestam. E ao mesmo tempo chega as nossas mãos, após uma luta incansável dos investigadores e escrivães que foram treinados, seis milhões gastos para que eles fossem capazes de dar segurança, tranquilidade, porque só podem cobrar uma polícia efetiva se tiver um bom, um excelente serviço de investigação para acabar com o crime organizado em nosso Estado.

Essa insegurança cada dia aumenta mais. Os investigadores, escrivães, delegados de polícia aguardam a convocação. Não adiantou durante todo o ano a nossa constante preocupação, mostrando que a população não suportava, como não tem suportado, a insegurança que a atinge. São mais de 12 mil homicídios apenas no governo Wagner, muito maior do que a guerra do Iraque, do Irã, do Afeganistão. A verdadeira guerra urbana está aqui na Bahia, não está no Afeganistão, onde acontece, infelizmente, dezenas e dezenas de assassinatos, mas muito menos, menos da metade dos homicídios ocorridos na Bahia nesses últimos três anos.

E a gente vê, com grande surpresa, todos os segmentos da sociedade se manifestando, sobretudo os servidores públicos quando se fala de salário, já que não adianta discutir Orçamento. Já apresentamos incorreções, as falhas, mostrando a contradição entre a propaganda que diz vários hospitais sendo construídos, quando só há dois iniciados no governo Wagner, e no Orçamento que vamos aprovar não há recurso para nenhum novo hospital. Só existe recurso, em torno de 161 milhões, para concluir o Hospital do Subúrbio e o hospital de Feira de Santana, e a propaganda diz que são vários hospitais.

O Programa Água para Todos são apenas 365 sistemas, está na peça

orçamentária, está no Orçamento que vamos aprovar para o ano que vem. Diz a propaganda: mais de dois milhões de baianos serão atendidos pelo Água para Todos. Mas são apenas 365 sistemas de abastecimento da água. Nunca 365 sistemas simplificados de abastecimento de água poderão atingir e beneficiar dois milhões de pessoas, conforme diz a propaganda oficial.

Se a gente for ver nas escolas, apenas 46 escolas serão concluídas ou construídas no ano de 2010. E vi a manifestação dos professores universitários que clamam, que vieram a esta Casa nos dias anteriores pedir o nosso apoio para que fossem contratados mais professores, porque há mais de 7 mil alunos universitários sem aula por falta de professores.

Chegou às nossas mãos uma manifesto do presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia dizendo que estava em discussão, do acordado com o governo seriam 10,63% os vencimentos e soldos dos cargos de carreira dos grupos ocupacionais artes, cultura, comunicação social, técnico em educação, fiscalização e regulamentação. Fisco; gestão pública; obras públicas; serviço de apoio técnico -administrativo da PGE; serviços públicos da saúde; segurança pública; serviço penitenciário técnico-administrativo; técnico específico e técnico-jurídico; bem como da carreira de especialista em produção de informações econômicas sociais e geoambientais; das funções comissionadas; das funções gratificadas e dos cargos em comissão da administração direta, autarquia e fundacional do Poder Executivo estadual.

Essa é uma manifestação que não é nossa, não é da Oposição, está assinada por Armando Campos de Oliveira, presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia, insatisfeito com a quebra de acordo, de negociação, segundo ele, que estava sendo realizada e foi abruptamente interrompida pelo governo sem nenhuma justificativa, sem nenhuma manifestação, sem nenhum indício que seria paralisado.

A gente vê um outro documento que chegou às nossas mãos, agora através do Sindpoc, que, inclusive, já tínhamos visto. Temos visto, com muita preocupação, a manifestação da Polícia Militar, em todas as emissoras de televisão, dizendo que o acordo feito com o governo do Estado não foi cumprido. Vemos a manifestação do Sindcop, que está indo na mesma direção já anunciando uma greve a partir do dia 11 de janeiro.

Imaginem, Srs. Parlamentares, querido Capitão Tadeu - tenho que reforçar, mais uma vez, que V.Ex^a melhor do que ninguém representa a Polícia Militar, nesta Casa – que com a falta de coletes a prova de balas, de armamentos adequados e de viaturas compatíveis, com o que o crime organizado tem, quem vai conseguir segurar, como seguramos e a imprensa ajudou, para que eles não entrassem em greve?

O governo assumiu uma série de compromissos e não cumpriu, segundo o material de propaganda e alerta que está sendo veiculado pela Polícia Militar. Imaginem se agora eles entram num movimento semelhante ao do Sindicop que anuncia uma greve inicial de 24 horas, exigindo a contratação de investigadores, escrivães e delegados de polícia. Imaginem se a Polícia Militar toma tal atitude!

Imaginem como vão ficar... Sentimos que há muita amizade na Polícia Militar.

Ficamos extremamente preocupados porque se a insegurança e a intranquilidade da população da Bahia está grande, imaginem se a Polícia Militar e a Polícia Civil seguirem adiante com esse plano de greve. Só resta uma alternativa, qual seja, o governo do Estado acorde e assuma os compromissos como havia prometido, sobretudo com a Polícia Militar, para que possa dar a tranquilidade que a Bahia e os baianos precisam. Inicialmente, tínhamos a intranquilidade da Região Metropolitana e de Salvador, mas hoje, infelizmente, essa intranquilidade se alastrou por todo o Estado da Bahia.

Esperamos que o bom senso prevaleça, que o governo cumpra os compromissos assumidos com os servidores públicos, sobretudo, finalizando, Sr. Presidente, com a gloriosa Polícia Militar do nosso Estado, uma das melhores de todo o Brasil, e também dê uma atenção às delegacias, porque são mais de 100 delegados para serem contratados.

Para que possamos dar resultados à polícia Militar, por favor, contrate os investigadores, porque sem investigação o crime organizado nunca será dissolvido, e os culpados nunca irão para a cadeia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria, ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB, PTdoB, PSL e PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de oito minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria, ou Líder do PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de oito minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de oito minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara pelo tempo de até oito minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqueles que estão acompanhando nosso trabalho através da TV Assembleia, vi a deputada Eliana, os deputados Zé Neto e Fernando Torres, falarem a respeito das ações do governo em Feira de Santana. Entendo, deputado Luiz de Deus, que é dever do governo federal agir nos municípios, assim como é dever do governo estadual agir nos municípios, e é dever, sobretudo dos prefeitos que moram nos municípios e conhecem os seus problemas. Para que as ações do governo cheguem nos municípios, tanto do Estado, quanto da União, nós precisamos ter um prefeito articulado com seus deputados estaduais, federais e senadores. E faço referência à Feira de Santana, porque é uma cidade que eu quero muito. Muitas vezes passo por ali indo à Juazeiro, já trabalhei

naquela cidade como funcionário do Banco do Nordeste.

Mas eu quero falar de Juazeiro, onde nós temos um prefeito que embora estreante na política tem-se relacionado com todas as forças políticas do Estado, no sentido de procurar solucionar problemas antigos que temos em Juazeiro.

Juazeiro é uma cidade que vislumbra um futuro muito forte, deputado Heraldo Rocha, eu sei que tem um carinho especial por aquela cidade, pois ali V.Ex^a tem grandes amigos, dentre eles eu me incluo, sem falar no deputado Jorge Khoury, em minha esposa, vice-prefeita.

Então, o prefeito tem-me surpreendido na sua maneira de articulação política. E por isso tem conseguido. Em nível federal, nós conseguimos a duplicação da ponte Presidente Dutra que batizei com o nome de ponte picolé, e agora no dia 4 inicia, deputado Heraldo Rocha, a duplicação da ponte de Juazeiro, são R\$ 12 milhões. Já empenhamos, agora, de emendas da Bancada Federal da Bahia R\$ 30 milhões para um projeto de R\$ 70 milhões que são 8 viadutos que vão interligar a área urbana de Juazeiro à ponte que está sendo duplicada.

O prefeito me ligou de Brasília e disse em reunião recente em Juazeiro que se fosse preciso passaria o reiveillon em Brasília, longe da sua família, mas buscando obras importantes para o povo de Juazeiro. V.Ex^a deve conhecer aquele lixão de Juazeiro, que é uma vergonha para qualquer cidade.

Não é herança maldita. Nós não falamos em herança maldita, e o prefeito tem uma visão diferente, a de não ficar olhando para trás. Mas aquilo era uma vergonha para a nossa terra. O prefeito assinou ontem em Brasília um convênio de R\$ 3 milhões e 200 mil para implantação do tratamento para o lixão de Juazeiro e uma solução definitiva.

Nós sabemos que aqueles plásticos dependurados, quadro tétrico, ficava abaixo de um riacho que drenava as suas águas para o rio São Francisco. Então, entendemos que foi um avanço, e eu quero parabenizar o prefeito. Foi um convênio com o Ministério da Integração Nacional, mostrando como se articular o prefeito de Juazeiro. Claro, reunindo o Conselho Político de Juazeiro, e nós temos orientado como participamos deste conselho, por ser deputado que representa aquele município, ter sido aliado em sua eleição, como também por minha esposa ser a vice-prefeita, D. Maria Gorete. Então, entendo que foi um grande passo.

Havia uma disponibilidade de se colocar 500 creches no Brasil. E o prefeito mais uma vez mostrando a sua articulação, dentre essas 500 designadas para o Brasil, conseguiu 5 creches cujo valor será de R\$ 4 milhões e 780 mil. Nós sabemos, deputado Capitão Tadeu, que as creches hoje fazem parte (eu sei que V.Ex^a é um homem sensível, preocupado com essa área, porque V.Ex^a defende aquele polícia cidadã, e eu tenho testemunho do seu trabalho. Eu fiz questão de prestigiar uma sessão especial promovida por V.Ex^a, a qual foi muito proveitosa) da base da pirâmide e serão importantes para a população de Juazeiro. O prefeito pediu 60 creches, mas o ministro disse que são 500 para o Brasil, portanto, não posso lhe dar 60. No próximo ano venho buscar mais 5 creches. Então, são mais R\$ 4 milhões e 780 mil.

V.Ex^a que é da área sabe que é uma aflição muito grande a questão de segurança para todos nós. Uma realidade com que convivemos. No Brasil, 80 cidades serão conveniadas para o Pronasci, e Juazeiro está inclusa. O convênio foi assinado ontem, tão importante e fundamental. Eu quero até que V.Ex^a, que também tem base eleitoral em Juazeiro, nos ajude quanto à ação desse projeto, no sentido de buscar o melhor e aproveitar o máximo desse convênio que o prefeito de Juazeiro assinou ontem.

Em Juazeiro, nós temos em andamento, pelo PAC, o programa de saneamento. Chegaremos a 95% de saneamento da cidade de Juazeiro pelo programa do PAC. As ações do governo do Estado encontraram Juazeiro numa situação de pré-colapso, em relação ao abastecimento de água na captação, distribuição e tratamento. Até o dia em que o prefeito assumiu, 1º de janeiro, o cloro para tratamento da água estava com estoque zero, o que poderia ter levado a cidade a uma situação muito difícil, deputado Paulo Rangel, V.Ex^a que também tem base naquela cidade, é uma cidade onde os eleitores têm um coração muito grande e abraçam todos que por lá chegam e querem prestar serviços a nossa terra.

Então, investimos e, aí, vem a questão da água para Juazeiro, onde foram investidos recursos próprios do município de em torno de 2 milhões de reais e, segundo comentários, não acredito, mas como somos políticos temos que ficar atentos, havia uma intenção premeditada de sucateamento dos serviços de água de Juazeiro para serem leiloados por um preço de bagatela.

Mas o prefeito chegou, investiu recursos próprios do município, embora se fale em crise no município de Juazeiro e de sequestros, de recursos mal aplicados e mal explicados com relação ao saneamento de Juazeiro, mesmo assim, o prefeito conseguiu investir mais de 3 milhões de reais no serviço de abastecimento de água de Juazeiro tanto na captação quanto na distribuição e saneamento. Estamos aqui em um convênio com a secretaria apropriada no valor de 7 milhões de reais para investir no serviço de abastecimento de água de Juazeiro para melhorá-lo.

O que quero dizer com isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que deve haver uma ação conjunta com o governo federal. Não podemos dizer que a obra é só do prefeito, só do Estado, só do governo federal, como se não vivêssemos numa Federação. É um país só, é um Poder constituído. E há uma questão, que é a eleitoral e uma outra questão, que é administrativa. E o prefeito tem orientado o seu grupo político, ele é um líder emergente, o Partido Comunista do Brasil, em aliança com o PR, eleição vencedora no plano municipal de Juazeiro, a orientação política abriu espaço para aqueles que querem ajudar Juazeiro.

Essa é a política moderna, essa é a política da atualidade, porque não existem mais os feudos nem os patrimônios políticos. Recentemente, vi uma grande liderança política baiana dizer que o senador César Borges só tem votos se estiver de um lado. Discordo, pois penso que hoje a preferência da população baiana pelo senador César Borges é em função do seu governo, da sua dedicação ao mandato, em função ao trabalho que tem feito no Senado. Então, a Bahia é grata a esse trabalho. E hoje as alianças políticas poderão se compor.

Portanto, quero reafirmar aqui e parabenizar a garra de um prefeito jovem, de 30 e poucos anos de idade e que tem se dedicado ao mandato, porque não se fala em corrupção na prefeitura de Juazeiro, se fala em trabalho, as alianças políticas ali feitas foram todas honradas, os compromissos políticos na última eleição foram honrados.

É assim que se governa, é assim que se formam lideranças. Não tenho dúvida de que hoje Isaac Carvalho está entre as lideranças emergentes deste Estado e, com certeza, terá um futuro brilhante, porque é um prefeito 30 horas e que trabalha sábado, domingo, feriado e dia santo.

Então, é isso o que Juazeiro precisava, é isso o que Juazeiro queria. Por isso trago aqui essas boas novas para o povo de Juazeiro e para a Bahia tomar conhecimento de uma ação realmente positiva frente à administração municipal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância, muito obrigado, Srs. Deputados e Deputadas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

Não há orador.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Pela ordem o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, volto a repetir a necessidade de que os Srs. Deputados cumpram o que prevê o Regimento para a continuidade da sessão.

Com uma força maior na argumentação, pelo fato de estarmos hoje aqui votando o projeto mais importante que o Legislativo vota, que é o Orçamento, como podemos discutir um projeto de tamanha importância que não tramitou normalmente nas comissões? Um projeto que, como eu disse, teve uma leitura muito rápida pelo Sr. Relator, deputado Paulo Câmara, que conseguiu em 48 horas examinar 53 mil emendas.

O Sr. Paulo Câmara:- Foram 55.503 emendas.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Ah! Foram 55.503 emendas. São muitos 5 para um só relatório. E não tivemos tempo de discutir as emendas, não tivemos tempo de discutir os programas que o governo criou, os novos programas, a manutenção dos programas antigos e inovações que o governo introduziu no Orçamento.

O Orçamento é a maior peça de planejamento do governo. E um governo que já não preza o planejamento, um governo que utilizou a Secretaria do Planejamento como moeda de troca, tudo isso torna cada vez mais necessária a intervenção do Poder Legislativo. Infelizmente isso não ocorreu. Acredito que pela primeira vez na história deste Legislativo se vota um projeto de lei orçamentária sem nenhuma discussão, tanto entre os deputados quanto com a sociedade civil. Por isso é necessário cumprir o que determina o Regimento, a presença de 21 deputados em Plenário.

E aí solicito a V.Ex^a, apelo a V.Ex^a no sentido de que reforce esta minha questão de ordem, que o Sr. Presidente, deputado Luiz de Deus, convoque os deputados que se encontram no cafezinho, nos seus gabinetes e na biblioteca. Já descobrimos aqui, até na última questão de ordem, que havia um deputado chorando, fazendo orações naquela área entre o restaurante e os anexos, então que V.Ex^a faça soar as campainhas para que tenhamos no Plenário pelo menos 21 deputados.

É essa a minha questão de ordem, deputado Luiz de Deus.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, tendo em vista a questão de ordem solicitada pelo deputado Bacelar, gostaríamos de convidar todos os parlamentares que se encontram no cafezinho, nos gabinetes a se fazerem presentes neste Plenário, já que a questão de ordem solicita verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Portanto, convocamos neste momento todos os deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, na biblioteca, nos corredores desta Casa em trânsito a se fazerem presentes no Plenário, pois há uma questão de ordem em que se solicita verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, nos gabinetes, em trânsito na Assembleia, há uma questão de ordem pedindo verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, nos corredores, nos gabinetes, na biblioteca, existe uma questão de ordem em que se pede verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Queremos neste momento inclusive fazer todo o apelo para que os deputados se façam presentes no Plenário já que precisamos dar continuidade a esta sessão. Nela estamos discutindo o Orçamento do Estado para o ano 2010 em primeiro turno e vamos aprová-lo. Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, no cafezinho, nos corredores desta Casa, há uma questão de ordem em que se pede verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Srs. Deputados, há uma questão de ordem em que se pede verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Os deputados que se encontram no cafezinho, como a deputada Fátima Nunes, nos gabinetes, nos corredores desta Casa, há uma questão de ordem em que se pede verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Precisamos da presença de 21 Srs. Deputados para que possamos dar continuidade à presente sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- V.Ex^a também será atendido.

Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, nos corredores desta Casa, na sala do cafezinho, que se façam presentes e adentrem este Plenário. Existe um pedido de verificação do quórum para continuidade desta sessão feito pelos deputados João Carlos Bacelar e Paulo Rangel.

Por favor, zere-se o painel e marquem-se 15 minutos.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Falarei depois do deputado Gilberto Brito.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Questão de ordem do deputado Gilberto Brito. Peço-lhe desculpas porque realmente não ouvi a sua solicitação.

O Sr. Gilberto Brito:- Sr. Presidente, deputado Luiz de Deus, V.Ex^a que é um homem de formação bem interiorana deve ter conhecido ao longo da vida mas ainda como menino, não faz muito tempo, uma brincadeira chamada chicotinho está queimando. Reuniam-se alguns meninos, e alguns saíam procurando até encontrar o chicotinho está queimando. Vou dizer-lhe, com todo o respeito àqueles que conclamam, que chamam, que convocam os Srs. Deputados e as Sr^{as} Deputadas para que venham ao Plenário com as questões de ordem de verificação do quórum, que está me parecendo um tanto quanto com o chicotinho está queimando, pela repetição da coisa.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, agradeço o acolhimento da minha questão de ordem.

V.Ex^a sabe do grande respeito que lhe tenho como amigo, colega médico e político exemplar, mas quero falar um pouco sobre esta questão da peça orçamentária. Tenho ouvido aqui alguns deputados dizerem que não houve tempo de discutir o Orçamento, as emendas. Porém este projeto - que é o maior e melhor desta Casa, por isso temos de aprová-lo, sob pena de emperrar as ações do governo - chegou à Assembleia no prazo que a lei determina. Há tanto tempo para se discutir esta peça que nós, se não fosse o Orçamento, já estaríamos em recesso, como manda a Constituição do nosso Estado, que dá o dia 15 de dezembro como fim deste período legislativo.

Então, isso é uma prova cabal que há tempo para discussão. Agora, eu ainda não vi, talvez só na transição do governo Nilo para o de Antonio Carlos, quando não havia acordo para votar o Orçamento... A Oposição não flexibilizou, ela tem suas razões. Não estou aqui para criticar, mas não vi nenhum deputado oposicionista vir à tribuna defender qualquer uma de suas emendas para que cheguemos ao entendimento no Orçamento. Fez-se crítica generalizada ao Orçamento, às áreas da Saúde e Educação. No entanto, naquilo que leva ao entendimento, ao acordo, não vi, salvo engano, parlamentar algum defendendo nenhuma emenda. E foram 55.503, segundo o relator.

Então proponho, neste momento, que os deputados que fizeram emendas assomem à tribuna para defendê-las. Não ouvi nenhum deputado oposicionista defender as emendas que apresentou ao projeto. O que vi propor um pacote de

destaque...

(O Sr. Presidente informa que há quórum.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Ah! Já há quórum?

Esta é a questão que queria levantar sem nenhuma ofensa. Estou aqui desde o primeiro momento em que se abriu a sessão. Até agora não dormi, mas não vi em nenhum momento se discutir emenda.

Essas questões de prazo são regimentais. Entrou na Casa no dia exato, ultrapassou o período legislativo, que é 15, e estamos em Plenário discutindo esta peça importante. Não vejo esse problema do prazo como algum fator preponderante que impeça a aprovação, vejo sim a falta de flexibilização e também a defesa das emendas da Oposição para ver se o relator pudesse acatar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância, já temos quórum para dar sequência à sessão de acordo com V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de nove minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de nove minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, deputado Luiz de Deus, Sr^{as} e Srs. Deputados, minha querida deputada sertaneja Fátima, V.Ex^a está hoje conosco nessa maratona, mas queria de antemão discordar do meu ex-Líder e meu amigo pessoal e colega deputado Pedro Alcântara.

Apresentamos destaques para as nossas emendas, estamos tratando de temas que estão dentro do orçamento, lembro a V.Ex^a que não podia ser repetitivo, mas faz parte da discussão, pela primeira vez a Bancada de Oposição apresentou na proposta orçamentária emendas de Bancada, acho que deve servir de modelo para outros orçamentos. O ideal seria que o nosso orçamento fosse positivo, esse que aí está é uma peça de ficção, mas nem por isso podemos deixar de registrar que, para a área de saúde, só vão terminar de construir dois hospitais, o governo não priorizou a construção de mais novos hospitais, e a área de segurança pública, as emendas que fizemos na área de educação, saúde, segurança pública e igualdade social, as despesas com investimentos tiveram uma queda em torno de 16%, considerando o orçamento de 2009.

As Secretarias de Educação, Saúde, Segurança Pública e Igualdade Social, apenas a Educação teve um incremento de 5,81%, todas as demais secretarias do Estado tiveram reduzidos os valores de investimento. Quando verificamos valores considerando o total de despesa da secretaria, incluindo a despesas de pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos, apenas a Secretaria de Igualdade Social teve uma redução em torno de 11% em relação a esse exercício, ou seja, igualdade social não é prioridade desse governo.

Mas o incremento das demais ficou 11% para a educação, 3,4% para a saúde e 4,69% para a segurança, um aumento muito pequeno considerando a

importância das respectivas secretarias e principalmente os graves problemas que estamos vivenciando na Bahia na área da segurança pública com o aumento de 3,4%, enquanto a Casa Civil, prestem atenção os deputados da Base aliada que é importante esse dado, tanto que a Casa Civil, a Secretaria de Planejamento e a de Desenvolvimento Urbano, tiveram um incremento de 20%. Por quê? Para fazer convênio eleitoreiro. Então os deputados da Base aliada devem procurar logo a Casa Civil, a D. Eva, é uma informação muito importante, a Sedur e a Secretaria de Planejamento para fazer convênios com as entidades e com as prefeituras de V.Ex^{as}. Estou dando uma dica. Estou colocando a bola na marca do pênalti.

O Sr. Gaban:- Um aparte, deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a faz uma análise do Orçamento comparativamente com o Orçamento do ano passado que nos faz refletir. Já tinha visto o pronunciamento do deputado Elmar Nascimento, hoje, sobre um tema que também havia me chamado a atenção como relação às estradas do nosso Estado com um orçamento que muitas vezes mascaram um erro ou esquecimento do governo. Algumas estradas não foram contempladas, então, ele retirou de algumas estradas que estavam previstas parte do Orçamento para atender, e vai deixar mais ainda deficiente o orçamento para a recuperação das estradas da Bahia.

Agora, V.Ex^a apresentou um dado de suma importância, ouviu, deputado Waldenor. O deputado Heraldo Rocha apresentou um dado no levantamento dele, eu não tinha essa informação, que o crescimento dos recursos para a área de segurança era apenas 3,4%, considerando-se que o aumento do servidor será de 4%, então o aumento só com o pessoal da Secretaria de Segurança Pública, será o maior incremento em termos de investimento nessa área. Isso significa que se temos nos queixado que em 2009 o governo gastou muito pouco em segurança, a expectativa para o próximo ano será muito pior. Porque se você vai ter um reajuste de 4% e tem um incremento de apenas 3,4% você acabar investindo menos do investiu...

O Sr. HERALDO ROCHA:- Deputado Gaban, além da péssima execução financeira das secretarias.

O Sr. Gaban:- Exatamente.

O Sr. HERALDO ROCHA:- A Secretaria de Segurança até o final do mês de novembro do seu orçamento de investimento de R\$142 milhões só aplicou 10%.

O Sr. Gaban:- Acho, deputado Heraldo Rocha, que seria o momento, ouviu deputado Waldenor, de reavaliarmos se efetivamente o incremento será realmente de 3,4% e o próprio reajuste de 4%. Não podemos, seria irresponsabilidade do Poder Legislativo, destinar menos recursos do que já se destinou no corrente ano.

Então, parabênizo V.Ex^a e tenho certeza que as informações são precisas e é um momento de reflexão da Casa para que, pelo menos, no segundo turno, nós incrementarmos os recursos da Segurança Pública do nosso Estado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Agora, deputado Gaban, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, um dos pontos que mais nos preocupam é a situação do custeio do Estado, que é realmente gravíssima, já atingiu o teto da Lei de Responsabilidade

Fiscal.

Na verdade, não sei como o Estado vai fazer para dar os aumentos dos diversos segmentos do funcionalismo público estadual. V.Ex^a que acompanha esses dados com muito cuidado viu, e já vem denunciando há muito tempo, que o Estado estouraria o limite, que o Estado bateria no teto. E o que achei mais grave foi a denúncia hoje no *site Política Livre*, que foi um dos assuntos que V.Ex^a denunciou há pouco tempo, que o conselheiro Pedro Lino foi um dos motivos e que reprovou, rejeitou as contas do Sr. Governador, que são os empenhos que foram de R\$250 milhões. Vejam que é grave. Deputado Luiz de Deus que preside esta sessão, o governo mais uma vez “maqueia”, para não dizer outra palavra mais feia, o Orçamento do Estado. Isto é perigoso.

Um dia tínhamos continuado e até hoje, deputado Gaban, precisamos retornar ao Tribunal, porque até hoje o Tribunal de Contas do Estado não respondeu a nenhuma das nossas reivindicações. V.Ex^a pediu uma auditoria, fizemos pela Bancada várias representações e o Tribunal de Contas está silente. Temos agora lá provavelmente eleição e só o próximo presidente para cobrarmos as representações que fizemos...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Para concluir, deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Vou concluir, Sr. Presidente.

(...) Agora, quem for analisar as contas do governo de 2009, por um lado vai ver que a situação é grave, por outro terá facilidades, porque estamos apontando uma série de irregularidades no período de 2009.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder da Minoria ou dos Democratas , para falar ou indicar o orador pelo tempo de nove minutos.

O Sr. Misael Neto:- Por todo o tempo, falará deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra, deputado Gaban., pelo tempo de nove minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ouvi atentamente o pronunciamento do Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, que traz como fiz num rápido e pequeno aparte, informações que nos preocupam, sobretudo, no que diz respeito à segurança pública do nosso Estado. Se temos nos queixado que o governo neste ano de 2009, gastou muito, mas muito menos do que tinha no Orçamento e a criminalidade infelizmente tem aumentado no nosso Estado a preocupação aumenta no sentido de que o próprio reajuste dos servidores da Secretaria de Segurança Pública, já que é um aumento linear e se não for atendida as reivindicações da Polícia Civil e Militar.. Se vamos ter um reajuste em termos orçamentários de 3. 4 e o próprio reajuste linear é de 4% é óbvio que significa que teremos menos dinheiro para investimentos na atividade fim que é o combate à criminalidade.

Acredito eu que os compromissos assumidos pelo o governador Wagner com

a Polícia Militar e Civil serão cumpridos. Aí, é pior ainda a situação, deputado João Bonfim, porque se o governo já está gastando menos imagine se tiver que dar um reajuste salarial para as categorias diferenciados para cumprir o acordo, deputado, Paulo Câmara.

Então, é importante que tenhamos a nossa responsabilidade. Não tem nenhuma área com exceção da saúde que preocupa mais a população do que a de segurança pública. Essa não é uma questão partidária. Segurança Pública diz respeito a todos nós que moramos na Bahia e não podemos de nenhuma hipótese destinar recursos para, por mais que seja necessária, a construção de uma estrada. A vida é muito mais importante que uma estrada, que uma pessoa passe por uma estrada esburacada, mas tem a vida pela frente, perde-se horas talvez numa estrada esburacada mas tem direito à vida, tem o direito de conviver com a sua família. Então não existe outra alternativa senão aumentarmos esse pífio reajuste de 3,4% do Orçamento de 2009 para o Orçamento de 2010.

Tenho e o deputado Heraldo Rocha colocou infelizmente acertei, mais uma vez, e gostaria de ter errado, quando eu dizia no início do ano, se o governo continuasse com a falta de política para aumento da arrecadação do nosso Estado atingiríamos no final do ano o limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Infelizmente, no mês de novembro, mesmo sendo o mês que o governador Wagner arrecadou mais imposto durante os seus três anos de administração sendo o 12º resultado da história da Bahia, o Estado da Bahia gastou mais do que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal extrapolando o limite prudencial.

A receita corrente líquida nos últimos 4 meses praticamente estabilizou o que fez com que continue o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia extrapolando o limite máximo previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o mesmo ocorrendo com o Tribunal de Contas dos Municípios, que extrapolou o limite máximo previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e o mais triste neste momento é que em função da queda da receita corrente líquida o superávit primário que antes, deputado Paulo Câmara, V.Ex^a parece que foi o relator, tínhamos um superávit primário previsto de alguma coisa em torno de 680 milhões na LOA, mas quando foi para a LDO o governo superestimou o resultado primário, que ficou em torno de 1 bilhão e 086 milhões, e para que possa atingir o resultado primário, para que não incorra em mais uma falha que pode vir a dar penalidades para o Estado, o governo agora está tirando o QCM de todas as secretarias. Já há muito tempo, é verdade.

Mas, o que significa isso, deputado Paulo Câmara, e V.Ex^a entende bem dessa área orçamentária como poucos aqui nesta Casa, significa, deputado Paulo Câmara, que muitos empreiteiros que trabalharam, o que aconteceu no ano passado? O governo foi obrigado a cancelar empenhos já liquidados. Com a denúncia que nós fizemos, que foi comprovada pelo conselheiro Pedro Lino, o governo não pode mais utilizar desse recurso de cancelar empenhos, muitos já liquidados, porque nós denunciemos e o Tribunal comprovou.

Então, o que está fazendo, agora? Está cancelando os QCM, deputado Paulo

Câmara confirma, e é verdade, não tem como fugir. Agora, sabe o que significa, deputado Pedro Alcântara? Que a maioria das empreiteiras que trabalharam, prestaram serviço para o Estado não poderão receber no mês de dezembro, quando tem o pagamento do 13º, as obrigações de todas as empresas vão aumentar. Você imagina se tivermos problema, nós tivemos greve, pela primeira vez na história da Bahia, de empreiteiros. O quadro agora será pior! E eu, sinceramente, não vejo alternativa. Ou incorre no erro, que o Tribunal deixou pra lá, que agora não vai poder incorrer novamente no erro, de cancelar empenhos já liquidados, ou então deixa de pagar, que é o que vai acontecer.

Então, a situação é preocupante, a única solução que eu via, e tinha dito, mas infelizmente não fizeram, não sou favorável à anistia não – mas o governo federal deu anistia fiscal, a prefeitura de Salvador deu anistia fiscal, vários estados brasileiros concederam anistia fiscal até porque, todos nós sabemos, que o brasileiro, e sobretudo o baiano, eles não gostam de ficar devendo, só devem quando não dá pra pagar. Então, o cara está devendo, aí vem multa, vem juro, vem não sei o que. Fica proibitivo e o cara não paga. Quando você faz, elimina, como vários estados fizeram, o governo federal fez, repito, e a própria Prefeitura de Salvador, você o incremento na arrecadação que teve no governo federal e na própria Prefeitura de Salvador. Se tivesse feito isso acabava com a inadimplência ou com a falta de pagamento para quem está devendo para os cofres do governo. Nós atingiríamos o superávit primário, atingiríamos o limite maior da receita corrente líquida, não teríamos a situação de o Executivo estar extrapolando o limite prudencial e, pior, poderíamos ter evitado que o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas do Estado extrapolassem o limite máximo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas agora é tarde, eu venho alertando sobre isso há muito tempo e as coisas não aconteceram. Nós vamos terminar o ano, e infelizmente gastando muito mais, acredito que mais de 700 milhões, o último levantamento que fiz, vou me debruçar agora, tinha chegado a 645 milhões que o Governo do Estado da Bahia gastou a mais até o mês de outubro com o funcionário público do que arrecadou com ICMS.

Só para V.Ex^{as}. terem uma ideia do que isso significa – a arrecadação do ICMS da Bahia representa em torno de 88% da arrecadação do Estado, pra ver como nós estamos gastando muito mais no governo no governo do Estado. Como é que você gasta 645 milhões a mais, e vai ultrapassar os 700 milhões agora em dezembro, é óbvio que sim, a mais do que arrecadou. Como é que o trabalhador vai gastar todo mês a mais do que ganha? Tem que quebrar.

Então, infelizmente, o governo do Estado da Bahia está dependendo para pagar as suas contas, e o próprio funcionário público, dos empréstimos que nós autorizamos na Casa, das transferências que são feitas pelo governo federal, mas também não nos atende, meu caro presidente Luiz de Deus, porque o levantamento que fiz da renda *per capita* de transferência do governo federal para todos os estados nordestinos, a Bahia está em último lugar. Não está sabendo aproveitar a amizade que tem com Lula. É o último do Nordeste. A Bahia é o 22º em transferência de recursos do governo federal para o governo do Estado. Não adianta chorar o leite derramado.

Alertamos para isso desde o início deste ano, desde janeiro, mas não quiseram acatar, não quiseram ouvir.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. GABAN:- Agora só resta chorar o leite derramado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou do PT, para falar ou indicar orador pelo tempo de nove minutos. (Pausa) Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Ordem do Dia.

Para continuar a discussão do Projeto de Lei nº 18.288/2009, o deputado Paulo Azi, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores que acompanham esta sessão nas Galerias desta Casa e através da *TV Assembleia*, há mais de 12 horas esta Casa discute o Orçamento estadual do ano de 2010. Infelizmente, essa discussão se tornou, deputado Luiz de Deus, um monólogo. Os deputados governistas não sei se tomados pelo cansaço, não sei se com dificuldades de defender...

O Sr. Gilberto Brito:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Misael Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO AZI:- V.Ex^a o terá, deputado Misael.

(...) A verdade é que a Oposição praticamente sozinha está a discutir o presente Orçamento. Vez por outra aparece uma andorinha solitária governista para tentar dar a sua contribuição, dar também a sua opinião acerca dessa peça orçamentária. Por isso, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, vou ouvir, com muita atenção, o sempre bem humorado deputado Gilberto Brito, correndo o risco de receber de lá algo que possa me colocar numa situação constrangedora. Como este Parlamento é democrático, todos nós somos forçados e obrigados a correr riscos. Portanto, deputado Gilberto, V.Ex^a tem o aparte que me solicitou.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Paulo Azi, eu estava ali protegido ao lado do deputado Luiz de Deus quando V.Ex^a argumentou que a Bancada situacionista, por certo, está um pouco cansada em decorrência do tempo que estamos aqui. Parece-me uma verdade, deputado Paulo Azi, mas V.Ex^a não está somente parecendo cansado.

Ainda há pouco, falei da brincadeira do “chicotinho queimado” que as crianças sempre faziam no interior, me referindo as verificações de quórum para continuidade da sessão, uma após outra. Mas V.Ex^a está falando parecendo uma fubica bem cansada, botando a primeira, subindo a ladeira, apertando o pé devagarinho, ou quem sabe até, deputado Paulo Azi, Sabiá e Bem-te-vi, os dois bois puxando o carro carregado de madeira, ou carregado de cana, no sertão, subindo uma ladeira bem íngreme, cansados, cansados.

V.Ex^a em que pese a lucidez e o compromisso, realmente, está parecendo uma fubica cansada de tanto tempo estar rodando na estrada.

Muito obrigado.

O Sr. PAULO AZI:- Eu sabia, deputado Gilberto, que eu corria esse risco porque sei da inteligência humorística que faz parte da sua personalidade. Mas estamos aqui, deputado Gilberto, cumprindo a nossa obrigação, com o nosso dever constitucional de discutir esse projeto e, principalmente, tratar desse inosso parecer do relator deputado Paulo Câmara.

O relator teve o seu parecer rejeitado pela Comissão de Orçamento e Fiscalização e Controle desta Casa em função da fraqueza do seu relatório, da falta de substância, da superficialidade com que foi analisado os diversos dados governamentais e, principalmente, pela completa e total rejeição de todas as emendas que foram feitas por todos os parlamentares desta Casa.

Motivos não faltaram para que o parecer do relator fosse derrotado na Comissão de Orçamento como de fato o foi. Mas se não fosse uma manobra regimental, por certo, estaríamos aqui, hoje, discutindo e votando um parecer, deputado Gaban, muito mais consistente, um parecer muito mais sólido, muito mais estruturado que, inclusive, corrigisse as diversas imperfeições, as diversas incoerências, as diversas injustiças que esse Orçamento traz no seu bojo.

Não se pode, Srs. Parlamentares, aceitar um Orçamento que diminua os recursos para a segurança pública, hoje, considerado por todas as enquetes, por todas as pesquisas, como o grande, o maior problema vivido pela população do nosso Estado.

Como pode um governador não priorizar, não encaminhar os recursos, exatamente, na direção daquilo que possibilitará fazer frente a essa situação difícil, preocupante e aflitiva de toda a nossa população?

É incompreensível, Srs. Parlamentares, que seja recusada uma emenda proposta pela Oposição, aumentando os recursos da segurança pública em pouco mais de R\$ 15 milhões, que iriam possibilitar, inclusive, a contratação imediata de diversos agentes, escrivães de polícia, que fizeram o seu concurso público, fizeram treinamento e estão aí, há quase um ano, aguardando a nomeação.

Será que uma ação como essa não é mais importante do que essa publicidade maciça, diária e, em muitas vezes, mentirosa, que esse governo patrocina?

Eu vejo, deputado Javier, a peça orçamentária, e aqui quero fazer um gesto de aprovação ao secretário Walter Pinheiro, deputado Paulo Rangel, porque nós vemos no Orçamento dados realistas, dados compatíveis com a situação atual do nosso Estado. Foi uma previsão de crescimento do Estado da ordem de 3,8%, realista, que observa efetivamente que esse Orçamento busca se adequar a uma realidade. Nas diversas metas, na área de abastecimento de água, nas áreas de infraestrutura, de estradas, se veem números factíveis, realistas. Agora, o que não se pode é sair desses números e entrarmos num verdadeiro paraíso do sonho.

O meu amigo, competente secretário de Infraestrutura, deputado João Leão, já prometeu asfalto até de Salvador da Bahia para a Lua. Até para a Lua tem asfalto

prometido! E cadê os recursos, deputado Javier? O governo, através do secretário do Planejamento, mostra aqui claramente quais são as estradas que ele pretende atender no próximo ano, meta dos realistas. O que não podemos aceitar é que quando se sai desses dados se entre num mar de propaganda, muitas das quais não condizem com a realidade do Estado, com a realidade da Bahia.

O Sr. Javier Alfaya:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. PAULO AZI:- Com aparte o deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaia:- Deputado Paulo Azi, V.Ex^a evita o discurso adjetivado, algumas vezes arbitrário até de alguns colegas da Bancada oposicionista, e o colega segue uma linha crítica ao orçamento.

O senhor é da Bancada de Oposição, vem reconhecendo qualidades que tem a peça, o que o senhor chama de tentativa de aproximar-se da realidade. É bom dizer o que é isso, porque nós saímos de uma cultura, eu acho até que o governo Paulo Souto, deputado Azi, fez um esforço muito grande para repetir uma velha tradição da administração pública brasileira, muito negativa, que se chamava de orçamentos fictícios, peças de ficção.

Nós defendemos, eu insisto que isso não é uma novidade exatamente do governo Wagner, já houve tentativa no governo Paulo Souto de dar uma racionalidade ao orçamento, de maneira que ele possa ser, de fato, uma peça de planejamento da vida, não só administrativa e política do estado, do governo, como da economia.

Na medida em que o orçamento do estado influencia muito o andamento da economia, nós e o restante do Nordeste dependemos muito da execução do orçamento para a manutenção da nossa economia, que não é muito descolada da atividade do estado, não que eu defenda isso, mas objetivamente é a nossa realidade.

Então, eu concordo com essa observação, V.Ex^a diz que é uma tentativa, e eu digo que já é um sucesso. Acho que o orçamento é realista e muito colado ao que V.Ex^a votou aqui na Casa, que foi o PPA. Nós votamos um Plano Plurianual de Investimentos, que está sendo rigorosamente levado em conta, quando aprovamos aqui ou temos em mãos as propostas de orçamento para os anos subsequentes.

Então, não são orçamentos descolados de uma outra peça de ficção, como era tratado antigamente, era um enumerar de boas intenções do governo. O Plano Plurianual de Investimentos não é mais isso nem as loas são declarações de boas intenções. Elas têm umas lógicas específicas e uma lógica geral que alimentam e dão diretrizes para as leis anuais do orçamento.

Acho que V.Ex^a reconhece isso, porque é um leitor dessas matérias, que vem à votação, é um estudioso, um deputado que se interessa pela boa discussão, assim como o deputado Gildásio Penedo, são da Bancada de Oposição aqueles que gostam menos de adjetivos e gostam mais de substantivos, o que é bom para a qualidade da discussão, evita a coisa estereotipada.

Quero só dar uma sugestão: eu participei ontem do Fórum da Copa do Mundo de 2014, em Estela Maris, e vi vários secretários de governo expondo os investimentos programados para a Bahia.

Fiquei muito otimista, porque entre outras coisas há um macroprojeto de

intervenção nas BAs, nas estradas que envolve até a sua e minha querida cidade de Alagoinhas, porque a ideia não é intervir apenas em Salvador, a intervenção vai até Entre Rios, até o Litoral Norte, que é uma área muito importante para a cidade de Alagoinhas, que tem Entre Rios, Sauípe e Guarajuba, há uma relação íntima entre suas praias e Alagoinhas, nesse trecho do nosso litoral.

Peço até que V.Ex^a, em outro momento, não sei se agora em dezembro ou em janeiro, quando formos votar o 2º turno ou em fevereiro, quando retomarmos o Plenário, façamos uma boa discussão sobre isso.

Acho que interessa o debate sobre as BAs, que ligam a Estrada do Coco e a Linha Verde aos municípios interinamente, que são: Mata de São João, Alagoinhas, Entre Rios e etc.. Nos interessa essa discussão sobre o anel que vai contornar a cidade de Lauro de Freitas, é uma coisa muito importante para desafogar o trânsito na cidade de Lauro de Freitas.

Assim como as intervenções na Av. Paralela, que é a nossa avenida. Aqui em frente teremos um trem urbano. Acho que a Assembleia precisa trazer esse bom debate aqui para a Casa.

Parabéns pela fala, embora não concorde com a linha crítica de V.Ex^a, mas elogio o esforço de V.Ex^a para dar qualidade e consistência a essa discussão.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. PAULO AZI:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Javier, e considero que, realmente, é um caminho. Acho que ainda estamos um pouco distantes de atingir um Orçamento realista. Veja V.Ex^a que, aqui, muito se discutem percentuais de aplicação de investimento em determinadas áreas. Todos nós temos o discurso político, mas muitas pessoas não imaginam e não enxergam que, muitas vezes, o percentual de aplicação do investimento é baixo porque o valor projetado foi superdimensionado. Então, no momento que você superdimensiona o número e você, obviamente, se ele está superdimensionado não conseguirá alcançá-lo, o percentual obviamente será baixo.

Mas é um caminho que acho que as administrações públicas devem procurar buscar, porque, afinal de contas, a peça orçamentária é, deputado Luiz de Deus, aquilo que dá orientação, aquilo que informa à sociedade quais são os rumos, os caminhos, é a bússola, como diz, me sopra e me socorre o deputado Gilberto Brito. É a bússola da administração pública, é o instrumento que a administração pública tem para sinalizar à sociedade quais são as suas prioridades, como serão aplicados os recursos da nossa população,...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. PAULO AZI:- (...) e é por isso, deputado Luiz de Deus, que a Oposição poderia ter tido um olhar muito mais complacente, um olhar muito mais conciliatório se o governo tivesse acolhido algumas das nossas emendas, que visavam exatamente isto, alocar mais recursos nas áreas que sabemos que são as prioritárias e que são, ao mesmo tempo, as áreas em que o governo demonstra ter mais dificuldade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, inicialmente, eu queria fazer uma saudação especial ao ex-vereador do município de Esplanada, Sr. João Ferreira, mais conhecido como Walter Titanic, que se encontra aqui nas nossas Galerias assistindo à sessão e, por sorte, a sua presença coincide também com a intervenção do deputado Paulo Azi, que é representante também da região.

Mas, Sr. Presidente, a minha questão de ordem é no sentido de chamar a atenção, mais uma vez, para a falta de discussão da proposta orçamentária, a qual foi elaborada autoritariamente pelo governo, o que torna, presidente, mais perigosa essa aprovação unicamente pela equipe técnica do governo, porque este é um governo que não tem norte, este é um governo que não tem projeto.

Então, essa proposta orçamentária, que veio para esta Casa sem discussão, essa proposta orçamentária, que não passou por nenhuma audiência pública nos chamados territórios de identidade, essa proposta, que não foi examinada na Comissão de Orçamento da Casa, além de ter sido elaborada de forma autoritária, é um espelho apenas de intenções dispersas de governo, porque todos nós sabemos que, no governo da Bahia não há um comando centralizado, no governo da Bahia, não há um projeto e, sim, interesses políticos de determinados agrupamentos partidários.

Todo mundo sabe que na Secretaria da Agricultura a orientação e a influência é do PP, sem nenhuma ingerência do governo, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano também quem dá as diretrizes, o norte e a formulação das políticas é a equipe do Partido Progressista também, sem ingerência do Governo, infraestrutura, desenvolvimento urbano, é a democracia socialista, e assim sucessivamente.

Mais do que nunca nós precisaríamos estar discutindo aqui o orçamento para ver se, pelo menos, conseguimos, deputado Gilberto Brito, um fio condutor entre os diversos projetos, principalmente quando temos eletricitas de baixa categoria na formulação dessas políticas, sem nenhuma referência ao Sr. Secretário de Planejamento, que não é da área de energia, é da área de telefonia e é um técnico bastante positivo.

Nós precisamos, Presidente Luiz de Deus, da presença dos parlamentares neste Plenário a fim de que possamos realizar um amplo debate sobre a proposta orçamentária. São 24 bilhões de reais, mais de 55 mil emendas que foram analisadas pelo deputado Paulo Câmara, que também é conhecido, pela sua leitura dinâmica, como *the flash*, o relator que conseguiu, em 24 horas, analisar 55 mil emendas.

Por isso, solicito ao ilustre deputado Luiz de Deus que faça soar a campanha, que convoque a Bancada do Governo para que venha ao Plenário. Nós já estamos aqui acerca de 15 horas de discussão, monólogo na verdade, não uma discussão, um diálogo de surdos.

Solicito a V.Ex^a, Sr. Presidente, que mande proceder uma verificação de quórum para continuidade da presente Sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem.

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Javier Alfaya:- Mas eu sou o vice-líder do Governo. Está errado!

O Sr. Paulo Rangel:- A minha Questão de ordem neste momento se dá em virtude de haver uma Questão de ordem que pede verificação de quórum para a continuidade da presente Sessão.

Eu gostaria de convidar a todos os parlamentares que se encontram nos gabinetes, que se encontram no cafezinho, que se encontram nos corredores desta Casa, no oratório da Casa também, a se fazerem presentes já que estamos vivendo uma Sessão hoje muito importante.

São mais de quinze horas de trabalho, estamos votando o primeiro turno do orçamento e, para isso, precisamos contar com a presença de 21 Srs. Deputados no Plenário para que possamos continuar encaminhando a discussão desse projeto.

Portanto, eu gostaria de fazer um apelo a todos os deputados que estão no cafezinho, nos corredores, nos gabinetes, no oratório, na biblioteca, a se fazerem presentes aqui neste Plenário.

Gostaria também, Sr. Presidente, que V.Ex^a fizesse soar as campainhas, desse o tempo regimental de 15 minutos e zerasse o painel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes, nos corredores, na sala do cafezinho, que se façam adentrar neste Plenário. Existe uma solicitação de verificação de quórum solicitada pelo deputado João Carlos Bacelar e o deputado Paulo Rangel

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Srs. Deputados, que se encontram em seus gabinetes, nos corredores, nos oratórios, na sala do cafezinho, por favor, se dirijam ao plenário, pois há uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Solicito que o painel seja zerado, e que os 15 minutos sejam marcados.

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Pela ordem, deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Sr. Presidente, quero comentar dois assuntos que têm uma relação muito íntima com o orçamento, matéria que estamos discutindo, hoje. O primeiro versa sobre os investimentos programados pelo governo do Estado, com a ajuda do governo federal, para a realização da Copa do Mundo de 2014, da disputa que o Brasil estava fazendo pela Copa das Confederações e a preparação para os Jogos Olímpicos de 2016.

O governo do Estado tomou todas as providências, uma equipe foi para Brasília liderada pelo governador Jaques Wagner, e junto com ele estava o secretário Nilton Vasconcelos da Setre, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte; o secretário Ney Campello, da Secopa; o secretário do planejamento, Walter Pinheiro e o secretário da infraestrutura, João Leão.

Eles foram, há algumas semanas, para acertar os empréstimos e o dinheiro do Orçamento Geral da União, a OGU, num total de aproximadamente R\$ 950 milhões para garantir a construção da nova Fonte Nova e de todas as melhorias urbanas ao redor do novo estádio, assim como de todo o sistema viário que terá que ser construído ou melhorado, em Salvador e na Região Metropolitana de Salvador até Entre Rios, incluindo também o trecho vinculado a Simões Filho para que possamos ter um trânsito fluido e que funcione bem durante a Copa, já que essa é uma das boas e grandes exigências da Federação Internacional de Futebol, a Fifa.

No caderno de encargos isso fica bastante explícito, bastante definido. Acredito que o governo do Estado reflete isso no orçamento que estamos votando, e é muito importante que realcemos esse aspecto específico do orçamento que estamos prestes a votar. Outro aspecto vinculado ao orçamento, deputado Luiz de Deus, diz respeito aos companheiros da justiça, inclusive já falei isso ontem, representados pelo Sinpojud e pelo Sintaj, que estão levantando dois pleitos muito importantes.

Em primeiro lugar, eles querem que haja uma correção por parte do Tribunal de Justiça quanto ao seu orçamento, vinculado ao orçamento que aprovaremos, referente ao reajuste salarial. Segundo eles, pelo que esta elaborado pelo Tribunal de Justiça, e não pelo Poder Executivo, não está sequer previsto o montante que possa cobrir os 4%, caso esse seja o percentual também aplicado para o Judiciário.

Eles fazem um alerta, e quero dizer a V.Ex^a, que preside a sessão, e a eles que devem estar nos ouvindo que há tempo de negociarmos isso entre a votação que teremos, hoje, e o segundo turno da votação do orçamento que se realizará no dia 5 de janeiro. Outro pleito que os companheiros levantam diz respeito a duas mensagens que o tribunal mandou para a Assembleia Legislativa relativas ao reajuste dos salários dos juízes e dos desembargadores.

Tenho uma opinião pessoal acerca desse tema, e acredito que também seja a opinião dos meus companheiros do PCdoB, que é necessário que essas matérias só sejam votadas depois que houver uma negociação mais efetiva entre o Tribunal de Justiça e os funcionários e funcionárias, representados pelo Sinpojud e pelo Sintaj, na medida em que não pode haver uma discrepância tão acentuada entre a proposta de reajuste para os desembargadores e juízes e o não-reajuste, ou nenhuma previsão de reajuste, a princípio, para o corpo de funcionários da Justiça.

Não me parece justo que a Assembleia Legislativa deixe passar em branco esse tipo de matéria, ou esse tipo de relação, de modo que faço um apelo para que nos debrucemos logo após a votação - que deve ser às 13 horas ou 13h30min de hoje, após superarmos o cansaço da virada da noite que ficamos aqui, e retomemos a negociação ajudando os dois sindicatos a chegarem a um bom termo com a presidência ou a direção do Tribunal de Justiça. Parece-me que é o nosso papel de representação política favorecer. Embora não seja uma matéria que diga respeito ao Executivo, tem que ser votada por nós do Legislativo.

Aproveito este 1 minutinho que tenho de resto de tempo para convidar todos os companheiros e companheiras da Bancada governista, como fez o companheiro Líder do PT, Paulo Rangel, a virem para a sessão. Temos 18 presenças e precisamos

de 21. Então, peço a todos os companheiros e companheiras da Bancada do nosso governo Jaques Wagner que venham para o Plenário, tanto os do PCdoB, PT, PMN, PMDB, que sempre nos dá uma força, PDT e PSB quanto os dos demais partidos, para que possamos ter pelo menos 21 presenças agora garantindo a continuidade da sessão e chegando ao sucesso com a votação do Orçamento em primeiro turno no seu final, que deve ser lá pelas 13 horas, 13h30min.

Muito obrigado, deputado Luiz de Deus.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Paulo Rangel, demonstrando o interesse da Bancada da Oposição em contribuir para o debate, fui consultar os meus colegas que a integram para retirar a questão de ordem para que continuemos o desenvolvimento normal da sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Também é a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Para discutir, o deputado José Nunes pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, mais uma noite virada nesta Casa deixando-nos a todos cansados, exaustos. E se pergunta qual o motivo. O motivo, nobres deputados, é realmente a incompreensão do governo, que não quer de forma nenhuma cumprir - não chamaria negociar - os acordos realizados durante os três anos de mandato de Jaques Wagner.

Nobre deputado João Bacelar, ainda no final do governo Paulo Souto, quando o Líder da Oposição era o deputado Edmon Lucas, este fez uma proposta de inaugurar neste Legislativo um momento novo em que todos os Srs. Parlamentares teriam a condição de indicar no Orçamento emendas impositivas que deveriam ser cumpridas. No entanto, decorridos três anos, nada disso aconteceu. Portanto, hoje o Líder do governo, Sr. Waldenor Pereira, não tem mais condição de negociar nem oferecer nada, porque nada foi honrado, nada foi cumprido.

Pessoalmente já disse em algumas oportunidades ao nobre deputado Waldenor que ele é um homem sério, honrado. E tenho certeza absoluta de que neste momento se encontra constrangido porque, na verdade, não consegue o objetivo principal de cumprir os compromissos assumidos. Assim, o jeito como o governo vem conduzindo a Assembleia Legislativa deixa todos os Srs. Deputados da Oposição e Situação numa condição difícil.

Hoje vemos pela primeira vez, nobre deputado Javier Alfaya, este Poder fazer uma virada de noite, pois estamos aqui às 11h37min sem parar, em função da falta de compromisso do governo com os acordos realizados por parte dos seus líderes.

Vejo também uma discussão importante sobre o Orçamento de 2010, que

apresenta diversas distorções que também leva a esta obstrução. Vemos por exemplo os senhores investigadores e escrivães da Polícia Civil, formados e não nomeados desde abril de 2009, aqui também de igual modo fazendo plantão na esperança de que o governo honre os seus compromissos e também procurando mostrar que é, no mínimo, esdrúxulo o governo investir 6 milhões no treinamento desses profissionais e não nomear nenhum, enquanto a violência continua aumentando dia a dia no nosso Estado. Vemos um número assustador de assassinatos imperando até o Rio de Janeiro.

Tive oportunidade de fazer um discurso aqui no dia em que o jornal *A Tarde* mostrou como manchete, nobre deputado Rogério Andrade, 482 assassinatos registrados em 82 dias. Isso representa simplesmente 10 ônibus lotados de pessoas que foram assassinadas. E isso é em função da falta de policiamento, da falta de estímulo aos policiais existentes e principalmente da falta de nomeação dos policiais civis e militares que poderiam contribuir enormemente para reduzir o índice de assassinato e violência no nosso Estado.

O governo simplesmente diz que não tem condição de empregar esses profissionais, porque o Orçamento está apertado. Vejo no relatório do deputado Paulo Câmara, onde ele diz que de 2008 para 2009 e 2010 houve um crescimento da ordem de 18% do orçamento do Estado, e 18% contra uma inflação de 4% ao ano daria uma sobra de 10% ; hoje o governo sinaliza para um aumento de apenas 4% para os funcionários públicos do nosso Estado.

É isso que não dá para entender. Vejo também Srs. Deputados, o governo com um comprometimento de apenas 47% da despesa líquida corrente com a despesa de pessoal. E nobre deputado João Bacelar, V.Ex^a sabe perfeitamente que o limite prudencial de comprometimento da folha de pagamento com a receita corrente é de 51 %, podendo chegar no limite de até 54%. O governo trabalha portanto com 47%, deixando uma folga de até 7% para aumento do funcionalismo público ou até mesmo para contratação de novos funcionários e, principalmente, contratar na área de segurança pública, onde o caso é muito mais complicado. Vejo também a área de saúde necessitando de médicos, enfermeiros e profissionais de um modo geral, porque hoje temos um estado onde a prioridade parece que não é saúde e a segurança pública. Saúde e segurança pública são os calos da sociedade baiana. Vejo o povo baiano morrendo nas filas dos hospitais e também morrendo nas ruas assassinados por falta de policiamento.

Sendo assim, é necessário que o governo entenda que precisa haver investimentos maciços nessas duas áreas, e não venha com essa conversa de que não existe recurso, porque, como já disse, o Estado hoje compromete apenas 47% da receita líquida corrente com o pagamento de pessoal.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, fica aqui o nosso registro de que o governo está na contramão dos anseios da sociedade que reclama todos os dias realmente com esta situação que leva o povo ao descrédito até dos políticos, especialmente do governo.

Nobre deputado João Bacelar, quero neste momento dizer que fica aqui o

nosso repúdio, porque realmente o governo não procura cumprir os compromissos com a sociedade baiana, com o povo baiano, nem com os parlamentares que aqui estão dia a dia procurando trabalhar e ajudá-lo. Não existe realmente o reconhecimento deste governo nem com os deputados da base de sustentação, imagine a consideração aos deputados da Oposição que vêm realmente procurando votar em todos os projetos importantes que chegam a esta Casa de origem do governo do Estado.

Quero dizer, nobre deputado, que realmente é uma tristeza muito grande ver começar uma sessão às 14h45min do dia de ontem e hoje, quase meio-dia, ainda estamos aqui discutindo projeto de Orçamento em primeiro turno e deveremos levar mais adiante. Talvez pela primeira vez, nobre deputado Luiz Augusto, o Orçamento do Estado não seja votado dentro do ano pela incompreensão do atual governador.

Isso é muito difícil. Sabemos perfeitamente que a além do Orçamento ainda se encontram aí mais de 30 projetos engavetados, projetos esses que certamente são de interesse público e poderiam estar sendo votados para entrar em prática e realmente atender aos anseios da sociedade.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSÉ NUNES:- Com um aparte o deputado João Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado José Nunes, parabéns pela análise profunda e com dados que V.Ex^a faz. A Bancada da Oposição apresentou diversas emendas com o intuito de fortalecer áreas com maior reclame social, a exemplo de saúde, educação, segurança e reparação racial. Para se ter uma ideia de como a Bancada da Oposição atuou, deputado José Nunes, o Orçamento da Secretaria da Promoção e Igualdade Racial é uma falácia, é uma mentira, todo o Orçamento, 6 milhões de reais. A parte de representação social do governador tem uma dotação maior do que a Secretaria da Reparação.

Por outro lado, a gente vê o excesso de verbas destinadas à publicidade na Bahiatur, por exemplo. Então a Bancada da Oposição não aumentou o valor do Orçamento do Estado, remanejamos, retiramos, deputado Capitão Tadeu. Apesar do trabalho eficiente que o PSB faz à frente da secretaria, retiramos 800 mil reais da verba de publicidade da Bahiatur para reforçar a Secretaria da Promoção da Igualdade.

Outra medida que tomamos foi reforçar a contratação de pessoal para a Secretaria da Segurança para que essas 830 famílias que foram induzidas a pedir demissão dos seus empregos não fiquem a ver navios depois que passaram num concurso e que o governo do Estado gastou mais de 6 milhões para treinar esse pessoal.

Então, V.Ex^a explicou muito bem o que moveu a Oposição ao apresentar as emendas dentro dessa filosofia que V.Ex^a tão bem explana hoje aqui na continuidade dessa sessão que, diferentemente do que pensa o deputado Javier Alfaya, acredito, deverá terminar depois das 22 horas do dia de hoje.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Quero neste momento incorporar o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento e dizer que essa é uma grande verdade, nobre deputado.

Vemos aí o governo gastando excessivamente com propaganda do que não fez. Mas a propaganda que não é verdadeira, nobre deputado Nelson Leal, V.Ex^a sabe que a propaganda, quando não é verdadeira, não atinge o objetivo. Ela pode até atingir um objetivo momentaneamente, criando talvez uma bolha, mas essa bolha, certamente, nobre deputado Zé Neto, estoura com facilidade, porque quando não se tem consistência no que se diz, não se vai a lugar nenhum.

Particularmente, não acredito naquela história que dizem que uma mentira repetida quinhentas vezes se torna verdade. O povo é sábio, é inteligente, portanto, sabe entender perfeitamente onde existem as obras, as ações, e sabe perfeitamente fazer avaliação para realmente medir o desempenho do governo. Neste momento, o desempenho do governo é pífio, e todos sabem disso, o próprio governo sabe.

É muito fácil. Na semana passada, por exemplo, nobre deputado João Bacelar, cheguei a um município e mostrei que o governo passado, de Paulo Souto, tinha investido naquele lugar, cujo nome direi depois, mais de R\$ 12 milhões em obras, enquanto esse governo atual acenava para construir uma quadra de esporte, o calçamento de um povoado e uma ponte. Aquelas obras que o governador Paulo Souto fazia 100, 200, 300, todo mês, hoje há muitas dificuldades para fazê-las nesse governo, até essas pequenas obras.

Já citei várias situações aqui. Por exemplo, quando, no governo passado, fiz uma indicação ao governador Paulo Souto para que criasse no Nordeste um programa parecido com o Pró-Gavião, lá na região Sudoeste.

Então, o governador Paulo Souto analisou e viu que eu tinha razão, e resolveu implantar naquela época com o nome de Prodecar. Era um programa financiado pelo FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário, que mesmo depois da eleição, sem o sucesso, sem a vitória, o governador Paulo Souto levou adiante o projeto, foi à Itália, assinou o projeto e trouxe os recursos aqui para a Bahia, fez uma solenidade de lançamento do programa. O deputado Luiz de Deus lá estava presente, na Governadoria, juntamente com mais de 20 prefeitos da região Nordeste. Ele lançou o programa e naquela oportunidade disse que não iria dar início, efetivamente, ao programa porque faltavam apenas 30, 40 dias para terminar o seu governo. Mas que deixava o recurso em caixa para que a primeira ação do atual governo fosse realmente desenvolver o programa, e até hoje, decorridos três anos, não vemos as ações deste programa, com dinheiro em caixa antes de tomar posse.

Isso demonstra, realmente, que não existe capacidade administrativa do governo para realizar o programa. Agora, certamente, neste ano eleitoral, no próximo ano, o governo vai acenar para fazer algumas pontes, para fazer casas de farinha, alguns armazéns e depósitos, algumas obras pequenas para tentar tapear o povo baiano, principalmente o do Nordeste. Mas não vai conseguir.

E as obras estruturantes? Até o momento não se vê uma sequer realizada em todo o Estado. Não vemos nem o governo cumprir o dever de casa, nem as estradas serem recuperadas. O atual secretário de Infraestrutura, deputado João Leão, que é homem competente, entrou com toda a determinação de fazer uma grande obra...

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Deputado José Nunes, só para alertar

que V.Ex^a dispõe de 3 minutos para concluir a discussão desse importante projeto.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Vou tentar concluir, nobre presidente João Bonfim.

Mas a verdade, nobre presidente, é que o governo, em matéria de construir as estradas, não existe. A recuperação tão cantada e decantada quando da posse do deputado João Leão na Secretaria de Infraestrutura, também não saiu do lugar, o deputado Luiz Augusto, que ouve atentamente, sabe perfeitamente que as estradas de um modo geral na Bahia estão em petição de miséria. Vemos aí as estradas do Sudoeste, do Nordeste e realmente o secretário entrou com toda boa vontade dizendo que ia fazer da Bahia o “buraco zero”, era o programa do atual secretário de infraestrutura, fazer o “buraco zero”, mas parece que vai terminar num único buraco em todo o Estado da Bahia.

É uma tristeza quando vemos realmente que o povo confiou nas eleições votando perfeitamente no governo Jaques Wagner, e as coisas não aconteceram, as obras e as ações. Nobre deputado Paulo Rangel, o governo Jaques Wagner teve uma grande bandeira de campanha, disse em todo o Estado e na televisão que realmente ia incrementar o salário do funcionalismo público, e hoje apresenta apenas 4% de aumento, e tivemos oportunidade no governo passado de dar aumento aqui na ordem de 8%.

E para concluir, nobre presidente, quero dizer que se o governo tivesse boa vontade em resolver o problema dos investigadores e escrivães da polícia civil formados, onde se investiu 6 milhões de reais na formação desses profissionais, ele teria condição, até porque o Estado hoje só compromete apenas, volto a dizer, 47% com o pagamento do pessoal, portanto se fazia necessário que o governo entendesse que não pode fazer de idiotas aqueles que com boa fé fazem o concurso, pagam a sua taxa, realizam um curso de formação e depois não veem o objetivo principal que é a posse. Então, realmente vocês têm que lutar, porque estão precisando disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Com a palavra, para discutir, o próximo orador inscrito, nobre deputado Luciano Simões, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, João Bonfim, Srs. Deputados, o deputado Nelson Leal que é o mais novo desse Plenário, gostaria de falar em direção ao deputado Nelson Leal e ao deputado Misael Neto que são os mais jovens, os outros são novos, mas de mandato. Falarei também ao deputado Ivo de Assis, Eliedson, não estou vendo a sua presença.

Quero, Sr. Presidente, apenas esclarecer, porque à época do governo Roberto Santos o nosso querido Nelson Leal morava no município de Livramento, e lá iniciava as suas primeiras letras, e quero dizer aqui, deputado João Carlos Bacelar, ao deputado Nelson Leal e aos mais jovens, que o estádio de Pituaçu que está na propaganda do governo: “O governo Wagner construiu Pituaçu, construiu e vai construir a Fonte Nova.” O governo Wagner não construiu Pituaçu, o estádio de

Pituaçu chama-se governador Roberto Santos e foi construído e inaugurado no governo Roberto Santos. Apenas para tirar essas dúvidas.

Quando também vocês ouvirem dizer que o esgotamento sanitário de Salvador, que o canal do submarino está sendo construído pelo governo do Estado, não entenda dessa forma, isso é um consórcio da empresa Odebrech, e não existem recursos do governo do Estado.

E no dia de hoje, o governador está indo em direção à América Dourada. O prefeito Agnaldo telefonou ontem sem saber ainda o que ia fazer o governador no município de América Dourada. Só na manhã de hoje, o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores descobriram que o governador iria iniciar uma operação de tapa-buraco da BA do Feijão ao povoado de Soares. O deputado Reinaldo Braga bem conhece, porque ali foi votado por muitos mandatos, por sete mandatos naquela região. Imaginem os senhores que esse tapa-buraco foi inaugurado há cerca de um ano pelo Derba da região, e o governador desloca para aquela cidade aviões, helicópteros para a inauguração do tapa-buraco da estrada do Feijão, como é do conhecimento do secretário da Mesa, Carlos, filho de Uibaí. Imagine, Carlos, o governador se deslocar pra lá com carros oficiais!. Vejam o aparato que chegou no dia de ontem em América Dourada e Irecê: carros oficiais, aviões, helicópteros, deputados federais, deputados estaduais. Aquela estrada do Soares, onde tem aquela barraquinha que entra ali, um tapa-buraco feito há um ano.

É assim também que o governador construiu a estrada de Florestal, em Jequié. Essa estrada vem do primeiro governo de Antônio Carlos Magalhães. Notem os senhores que ao chegar esta semana ao município de Senhor do Bonfim eu me deparei com três *out doors*, alegando que o governador tivesse construído a estrada de Senhor do Bonfim a Campo Formoso.

Imaginem os senhores uma estrada que existe há mais de 100 anos! Fica difícil para o governo da Bahia comprovar para população que está exercendo serviços em prol da nossa comunidade. A todo o momento as rádios da região de Euclides da Cunha e Paulo Afonso desafiam o governo da Bahia a citar alguma obra realizada com recursos do Estado.

A propaganda em que se gasta R\$550 mil por dia, conforme confirma o deputado Rogério Andrade, o povo da Bahia não vai suportar.

Eu falo agora para o pessoal que estão nas galerias que foram aprovados em concurso público e não foram convocados. Eles dormiram aqui na Assembleia Legislativa!

A semana retrasada eu estava no município de Juazeiro, e quando me deslocava para o município de Senhor do Bonfim, houve um acidente com um jovem daquela cidade, às margens da BR. A sua família solicitou o apoio da Polícia Técnica, e não existia, pasmem os senhores. Senhor do Bonfim é um dos maiores municípios do Estado da Bahia, onde tem uma delegacia circunscricional, uma delegacia regional de polícia. O corpo do rapaz acidentado ficou lá por três dias para que pudesse vir um perito, o pessoal da Polícia Técnica de Juazeiro, que se encontrava naquele momento no município de Uauá.

Um governo desse jamais irá se impor como um governo de desenvolvimento para este Estado. Não se concebe um governo com esse tipo de tratamento para o contribuinte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente fica difícil o governo da Bahia querer de qualquer forma iludir o povo da Bahia.

Na semana passada também, no município de Valente assistíamos lá a presença dos órgãos federais dando apoio à luta do sisal, enquanto todos os sindicatos da região faziam documento, debatiam a problemática do sisal. O deputado Joécio Martins e outros deputados desta Casa estavam com o ministro da Agricultura, em Brasília, reivindicando justamente a luta maior e a redenção do sisal, mais de 700 famílias que vivem desse produto passam fome na região sisaleira, e o governo da Bahia sequer enviou um representante ao município de Valente.

E neste momento, deputado João Carlos Bacelar,...

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Deputado Luciano, queria alertá-lo para o contido no art. 147 do nosso Regimento, que prevê que a discussão deve ser feita sobre o conjunto da proposição. Gostaria que V.Ex^a...

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Não entendi...

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Está previsto no art. 147 que a discussão será feita sobre o conjunto da proposição, devendo o deputado ater-se à matéria em debate.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Pela primeira vez, na história desta Casa, um presidente entra no debate. V.Ex^a poderia ter me pedido um aparte, porque este não é um assunto para a presidência tratar. A presidência teria se houvesse uma questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Não pedi aparte, deputado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- (...) formulada por alguns dos Srs. Parlamentares. Como é que a questão do sisal e a questão da segurança pública não são uma questão orçamentária, onde, presidente? V.Ex^a comete um equívoco absurdo com este Parlamento.

Continuando, Sr. Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Deputado, não pedi aparte nem cometi equívoco.

O Sr. Euclides Fernandes:- Um aparte.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Pois não, deputado Euclides Fernandes, oportunamente darei um aparte a V.Ex^a.

No dia de ontem, na obstrução que ocorria aqui, eu conversava com jornalistas mais antigos, que cobriram esta Casa há anos e anos e discutíamos para saber quem teria sido o pior governador para a Bahia. Eu pensava na minha cabeça que teria sido o ex-governador Waldir Pires, mas um jornalista levantou também que o governador Régis Pacheco foi uma coisa mais ou menos parecida com Waldir Pires. Mas quem liderou nessa reunião, quem liderou esse campeonato da ruindade, da incompetência e da lerdeza foi o governador atual. Não se concebe um governo que sai daqui com um aparato, que gasta quase 70 mil reais para inaugurar um PSF no

município de Euclides da Cunha.

E, notem os senhores, dos PSFs que o governo da Bahia inaugurou neste ano, mais de 70% já estão fechados, porque as prefeituras não têm condições de cumprir com a contrapartida do PSF. Vivemos um momento, na Bahia, um momento de decepção, um momento de tristeza.

Eu conversava, há pouco, com os deputados Capitão Tadeu e Maria Luiza Laudano sobre a questão deste governo em relação às rodovias. Estamos vivendo um momento de repúdio e de clamor total na região de Entre Rios, onde serão votados os deputados João Carlos Bacelar, Luiz Argôlo, o próprio deputado Capitão Tadeu.

O governo da Bahia fez um acordo com a Petrobras de, deputado Paulo Rangel, 200 milhões de reais, que se encontram na conta da Petrobras. Ficaria o governo da Bahia responsável pela manutenção da BA 093 e a Petrobras faria a recuperação. Há um ano e meio, a Petrobras iniciou a recuperação da BA 093, uma das rodovias mais importantes do Estado da Bahia e que liga Salvador a Aracaju, Salvador à maioria dos municípios do Estado de Sergipe e da região Nordeste da Bahia.

Ao chegar aos 15 quilômetros, a empresa Terrabras, há um ano e meio, praticamente, parou as obras, nenhuma satisfação foi dada pelo governador da Bahia, digo melhor, pelo governo da Bahia e pela Petrobras, ao povo daquela região. O que aconteceu? Os postos de gasolina, que havia nas margens da rodovia, estão fechados. Todos os restaurantes que existiam em Pojuca, Araças e Entre Rios também estão fechados. Todo o comércio que dependia da região, fechado. Há cerca de 1 ano e meio qualquer parlamentar, transeunte, juiz de Direito, promotor, comerciante, feirante que trafega naquela BA é assaltado ou sequestrado.

O filho da deputada Maria Luiza, que é vereador em Pojuca, o Sr. Gésio Laudano, teve sua família, seus filhos tomados de assalto e sequestrados naquela rodovia. Eu, como deputado, fui assaltado e sequestrado duas vezes nela. O ex-chefe da segurança militar da Assembleia Legislativa, o coronel Valter Leite, também. Três policiais federais foram alvejados e estiveram em estado grave em hospitais naquela rodovia. Sabe disso o deputado João Bacelar, que ali trafega. Só para falar de políticos, o ex-prefeito de Inhambupe Leônidas igualmente foi assaltado diversas vezes quando iria fazer pagamento nas suas propriedades naquela região. São inúmeros e inúmeros casos! O presidente da Câmara Municipal de Entre Rios, conhecido como Paraíba, já foi assaltado duas vezes naquela mesma estrada, onde o carro não pode passar de 20 quilômetros.

É 1 ano e meio! Protestos da comunidade, das Câmaras de Vereadores de Alagoinhas, Entre Rios, Araças e Pojuca, cartas endereçadas à Petrobras, e o governo não dá nenhuma decisão!

Ao serem procurados os delegados regionais, vê-se que lá não tem policiamento, não tem armamento nem tem viatura. Aquela região fica subordinada à Delegacia Regional de Alagoinhas, que com a força do trabalho daqueles policiais tem feito alguma coisa mesmo sem o aparelhamento, a estrutura que deveria a Secretaria da Segurança fornecer àquela unidade policial.

Deputado Gilberto Brito, que foi delegado de polícia e é delegado de carreira, delegado Gilberto Brito, parlamentar hoje, são cerca de 7 a 10 assaltos diariamente a veículos! Os fazendeiros de Esplanada, Entre Rios, Araçás e Pojuca que passam na BA-093, na sua maioria, já abandonaram suas fazendas. O acesso de Alagoinhas à Linha Verde, a área do turismo, já não se faz mais porque ninguém se atreve em atravessar de Pojuca, Alagoinhas ou Esplanada para ir àquela via Verde, pois é possível ser assaltado em qualquer circunstância ou horário.

Protocoliei ontem na Mesa Diretora desta Casa uma moção de repúdio, eu não diria só ao governo da Bahia, mas principalmente à Petrobras, que assinou um documento junto ao governo estadual, ao Derba. O governo baiano tem sua parcela, mas a maior de culpabilidade é dessa empresa que retira daquela região todo o petróleo da Bahia. E aqui neste Estado é onde está a maior produtividade do petróleo brasileiro, simplesmente.

Já estive com o presidente da Petrobras, a deputada Maria Luiza Laudano também fez inúmeras gestões junto ao governo baiano e à empresa, o deputado João Bacelar igualmente tem feito contatos diversas vezes com os órgãos estaduais e a própria Petrobras. Mas não se dá resposta! Não se dá satisfação nem ao parlamentar, nem à Assembleia Legislativa, nem à imprensa baiana. Em duas ocasiões o jornal *A Tarde* deu destaque em duas, três páginas. As *TVs Bahia, Bandeirantes e Record* também mostraram em diversas oportunidades essa situação.

Nós estamos num Estado onde não há governo nem operosidade. Nele os secretários fazem essa parafernália de discursos mas não trazem nada de objetivo em prol da população baiana.

O Sr. PRESIDENTE(João Bonfim):- Deputado Luciano Simões, é para alertá-lo de que dispõe de três minutos para concluir o seu pronunciamento.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Para concluir, Sr. Presidente, primeiramente darei um aparte ao deputado João Bacelar. E logo após ao deputado Euclides Fernandes.

O Sr. João Bacelar:- A minha intervenção, deputado Luciano Simões, será bem rápida para parabenizar o seu pronunciamento de V.Ex^a e para dizer que a informação que tive no ano passado é a de que a obra havia sido suspensa porque o Ibama havia exigido licenciamento ambiental de uma estrada que tem mais de 100 anos. Licenciamento ambiental. Por isso a Petrobras suspendeu a obra na estrada, mostrando que realmente os órgãos ambientais vão para um lado e os interesses do Governo da Bahia para o outro.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Com o aparte o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Com todo respeito a V.Ex^a, com relação a esse seu pronunciamento, carregado de crítica ao Governo do qual V.Ex^a participou até uns dias atrás, com aplausos à ação do Governo Jaques Wagner, gostaria de dizer, com todo respeito a V.Ex^a...

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Os aplausos são responsabilidade de V.Ex^a.

O Sr. Euclides Fernandes:- Com certeza absoluta! Presenciei o tempo todo V.Ex^a elogiar o Governo Jaques Wagner.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- V.Exª me traga os pronunciamentos.

O Sr. Euclides Fernandes:- V.Exª me deu o aparte. Então, acho que V.Exª deve me ouvir. Queria dizer dos equívocos de V.Exª em seu pronunciamento neste momento. Primeiro, que a estrada Jequié/Florestal... V.Exª bem sabe que sou daquela região, toda a região bate palmas para o governador Jaques Wagner pela sua ação decisiva.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Recuperação de estrada não é construção. V.Exª sabe que isso não é verdade. Quem mais sabe é V.Exª.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sim. V.Exª me permite? V.Exª queria, então, que a estrada ficasse esburacada, intransitável...

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Mas não inaugurar uma estrada de outro governador, construída por outro governador.

O Sr. Euclides Fernandes:- V.Exª me concedeu um aparte!

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Recuperação e tapa-buraco, deputado, é uma coisa; construção é outra.

O Sr. Euclides Fernandes:- Observe. A estrada estava totalmente...

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Conclua o aparte de V.Exª, por favor, porque o tempo está-se esgotando.

O Sr. Euclides Fernandes:- Então, já vi que V.Exª não quer o contraditório.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Quero sim. É porque está difícil.

O Sr. Euclides Fernandes:- Não. Primeiro, V.Exª não permite que eu fale; segundo, quer me apressar. O deputado Rogério Andrade vai em socorro de V.Exª. Excelência. Então, quero corrigir.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Não tem o que corrigir. Todo mundo sabe. V.Exª acabou de dizer que a estrada não foi construída pelo governo atual. Já respondeu.

O Sr. Euclides Fernandes:- V.Exª critica porque o governador chegou e recuperou.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- V.Exª que respondeu à minha pergunta. Gostaria de saber: a estrada foi construída ou não pelo governador?

O Sr. Euclides Fernandes:- Primeiro, não foi construída pelo governador...

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- E V.Exª não está de acordo com essa propaganda que está aí, não é?

O Sr. Euclides Fernandes:- Estou sim. Totalmente.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Essa propaganda enganosa que está aí.

O Sr. Euclides Fernandes:- Não é enganosa.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- A estrada não foi construída por esse governo.

O Sr. Euclides Fernandes:- Enganoso é o pronunciamento de V.Exª. V.Exª não aceita o contraditório.

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Para concluir, nobre deputado Luciano Simões. O tempo de V.Exª está literalmente esgotado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Para concluir, Sr. Presidente. Agradeço o aparte do deputado Euclides Fernandes e do deputado João Bacelar. Concluo o meu

pronunciamento e alerta a população baiana que a qualquer anúncio de obra do Governo do Estado procure averiguar. As casas populares, anunciadas pelo Governo do Estado, não foram construídas pelo Governo. É convênio das prefeituras municipais com a Caixa Econômica Federal. Na sua maioria, foram obras iniciadas no Governo Paulo Souto, que não se atreveu a inaugurar uma obra que não fosse competência do Governo da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Deputado Luciano, para concluir.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Para concluir, Sr. Presidente, fica o alerta a esta Casa para que o Governo da Bahia evite esse gasto desnecessário de deslocar aviões, helicópteros, bancada de deputados federais, de deputados estaduais para inaugurar um simples PSF, que é manutenção do município, e um tapa buraco com estrada de 12 km. Isso para a Bahia não assenta bem. Gasta 550 mil reais por dia com propaganda e deixa a segurança pública num estado... Tenho certeza, a Bahia hoje é o Estado que está em maior condição de violência no Brasil. Não podemos aqui admitir que o gasto com propaganda seja 4 vezes maior do que a segurança da população do Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Com a palavra pela ordem o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Gostaria de solicitar a V.Ex^a que consultasse as diversas lideranças presentes - estamos aqui desde as 14h30min de ontem - se poderíamos suspender a sessão por 45 minutos a fim de que pudéssemos almoçar e retomar os trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Consulto a Liderança da Bancada aqui representada pelo vice-Líder.

O Sr. Paulo Rangel:- Até agora a orientação que eu recebi foi de dar continuidade.

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Diante da negativa do vice-Líder da Maioria, passo a palavra para o próximo orador inscrito o nobre deputado...

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, desculpe interromper V.Ex^a, mas eu disse que tinha uma preliminar. Como ela não foi aceita vou solicitar a V.Ex^a uma verificação do quórum para continuidade da presente sessão tendo em vista que somos nós aqui que estamos dando o quórum para continuidade da sessão. Estamos cansados, então não é justo que somente os deputados que estão presentes agora no plenário fiquem aqui. Sei que os outros deputados estão também em atividades parlamentares. Mas, volto a dizer, como temos aí mais 3 deputados da Oposição inscritos para discutir o importante projeto da lei orçamentária, queríamos que esse debate, que as contribuições que os deputados da Oposição irão dar à Assembleia e, em última análise, ao Estado da Bahia, exige no plenário um número regimental de deputados. O Regimento é bem claro quando diz que não podemos dar continuidade à sessão sem que estejam presentes, no mínimo, 21 deputados. E é claro, notório, que não temos esse número.

Por isso faço um apelo a V.Ex^a para que convoque os deputados para virem ao plenário, que mande chamar os deputados que estão agora nas comissões, que estão negociando emendas ao orçamento, que estão negociando remanejamento, que estão defendendo, deputado Bira Corôa, com unhas e dentes e com todo fervor emendas para fortalecer a Secretaria da Reparação, porque a Secretaria da Reparação com apenas 6 milhões de reais não poderá desempenhar o seu trabalho.

Estamos defendendo emendas no sentido de que se acabe, que se possa desenvolver políticas públicas que evitem o verdadeiro genocídio com os jovens negros e pobres da periferia da cidade do Salvador. Estamos defendendo emendas no sentido de que os concursados da Polícia Civil, esses funcionários indispensáveis no combate à violência que são os investigadores e escrivães que foram concursados, treinados, que o secretário da Segurança esteve presente na formatura, que o governo passado nomeou quase 3 mil desses agentes. Enfim, estamos querendo reforçar a área social do governo.

O governo, infelizmente, não consegue mostrar uma obra física. E começou a dizer que a grande revolução não se dá no plano das obras, que a revolução se dá no plano da cultura. E nós concordamos. E aí perguntamos: do ponto de vista cultural, das práticas políticas o que é que o Sr. Jaques Wagner mudou, deputado João Bonfim, que preside tão bem esta sessão e que está aí, eu sei, preocupado com a região de Guanambi neste momento, com a sua querida Brumado. E estamos aqui também defendendo investimentos e reforço no orçamento da Secretaria da Agricultura para que fortaleça a agricultura da região que V.Ex^a tão bem representa.

Por tudo isso, querido amigo e deputado presidente desta sessão, solicito a V.Ex^a que dê o prazo dos 15 minutos regimentais para que o quórum da presente sessão seja restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Para se contrapor à questão de ordem formulada pelo nobre deputado João Carlos Bacelar, passo a palavra ao deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, tendo em vista o pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão, convoco todos os deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, no restaurante e trabalhando em processo negocial, com a finalidade de chegarmos a um acordo ainda nesta tarde, que se façam comparecer neste Plenário, já que existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Continuamos aqui fazendo um apelo para que os deputados que se encontram no cafezinho, no restaurante e nos gabinetes se façam presentes, já que existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Falta apenas um orador para discutir o projeto; portanto, é importantíssima a presença de 21 Srs. Deputados neste Plenário. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estamos aqui desde as 14h30min, deputados, vou propor aos Srs Parlamentares 40 minutos para o almoço. Vou

suspender a sessão por 40 minutos e voltaremos às 13h15min.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mais uma vez suspendo a sessão até as 13h30min.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos.

Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Considerando que estamos retomando esta sessão, discutindo aquilo que é de mais importante para este Parlamento, a votação do Orçamento, solicito a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum para que todos os parlamentares possam vir ao Plenário e nós possamos, então, voltar a discutir e debater o Orçamento do ano de 2010.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado.

Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a iniciativa do deputado Paulo Azi, quero convocar, convidar a todos os colegas da Bancada do governo para que, imediatamente, se desloquem até o Plenário. Sei que muitos colegas, no momento, estão almoçando no restaurante. Peço desculpas pela interrupção, mas estamos reiniciando os trabalhos de apreciação do projeto de lei que estabelece o Orçamento para o ano de 2010, a proposta orçamentária para 2010.

É importante que os colegas imediatamente se desloquem até o Plenário, pois estaremos reiniciando o processo de discussão, apreciação de alguns destaques apresentados pela Oposição e, quanto mais rapidamente contarmos com os colegas em Plenário, mais rapidamente apreciaremos e votaremos, em primeiro turno, esse projeto de lei que institui, que estabelece a proposta orçamentária para o ano de 2010.

Por isso quero convidar, convocar aos colegas deputados e deputadas da Bancada do governo para, imediatamente, se deslocarem até o Plenário desta Casa Legislativa.

É imprescindível, urgente, indispensável que os colegas, deputados e deputadas da nossa base, possam se fazer presentes a este Plenário, tendo em vista a iniciativa do deputado Paulo Azi de solicitar uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas da base do governo, convocamos a todos para se fazerem presentes ao Plenário tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

É urgente e necessário que todos os colegas que se encontram em seus gabinetes, no restaurante, nas demais dependências desta Casa Legislativa, possam imediatamente se deslocar até o Plenário tendo em vista a solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Srs. Deputados, Srs. Deputadas que se encontram nas diferentes dependências desta Casa Legislativa, solicitamos que, com urgência, os colegas possam se deslocar até o Plenário desta Casa Legislativa, tendo em vista a iniciativa de solicitação de verificação de quórum de continuidade da presente sessão.

Nós necessitamos de 21 Srs. Parlamentares. É importante que os deputados e

deputadas da nossa base, imediatamente, se desloquem dos seus gabinetes, do restaurante, do salão contíguo ao Plenário, da sala do cafezinho, das demais dependências desta Casa Legislativa, para que possamos apreciar, votar e aprovar em primeiro turno a proposta orçamentária, o Orçamento do Estado para o ano de 2010.

Estamos já recebendo a presença do deputado Adolfo Menezes, deputado muito presente, assíduo, frequente nesta Casa; aguardamos o restante da Bancada do PRP, o deputado Fábio Santana e o deputado Jurandy Oliveira. Também está chegando o deputado Aderbal Caldas. É urgente a necessidade de contarmos com as presenças dos Srs. Parlamentares, dos Srs. Deputados, das Sr^{as} Deputadas em Plenário.

Estaremos, logo, logo, votando, em primeiro turno, o Orçamento do Estado para o ano de 2010, e é imprescindível que possamos contar com a presença dos colegas. A Bancada do PCdoB também chega ao plenário com sua Liderança maior, o homem que ultrapassará os 200 mil votos.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, solicitamos que o Sr. Presidente possa nos ajudar fazendo soar as campainhas e convocando todos os Srs. Parlamentares para o reinício da sessão de apreciação do Projeto de Lei que trata do orçamento do governo do Estado da Bahia para o ano de 2010.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados que se encontram no cafezinho ou nas demais dependências desta Casa Legislativa, por favor, dirijam-se ao plenário, pois há uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

Zerem o painel, marquem 15 minutos.

Srs. Deputados, há uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, por favor, desloquem-se para o plenário.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Dentro do tempo regulamentar estabelecido, quero aproveitar, mais uma vez, para convidar os colegas parlamentares da nossa Bancada para que se façam presentes. Necessitamos de 21 Srs. Parlamentares para reiniciarmos os trabalhos de apreciação do Projeto de Lei que trata do orçamento anual do Estado da Bahia para o ano de 2010.

Por isso é imprescindível que os colegas da Bancada do Governo que se encontram no restaurante, no salão anexo ao plenário, nos gabinetes dirijam-se ao plenário desta Casa Legislativa. Há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Necessitamos da presença dos colegas, deputados e deputadas da Base do Governo, que se encontram no restaurante ou nas demais dependências desta Casa Legislativa, e solicitamos a presença de todos no plenário, pois há uma solicitação de verificação de quórum de continuidade da sessão.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas da Base do Governo é urgente que se desloquem ao plenário, pois há uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Agradeço, e já estão chegando os deputados Ângela Sousa, Yulo Oiticica. O deputado Clóvis Ferraz já afirmou que vai ajudar no quórum, bem como o deputado Reinaldo Braga.

Portanto, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, que se encontram no restaurante, nos gabinetes, solicitamos que, urgentemente, V.Ex^{as} possam se fazer presentes no Plenário desta Casa Legislativa, pois necessitamos de um quórum de 21 Srs. Parlamentares e, por isso, é indispensável, deputado Álvaro Gomes, que imediatamente possamos restabelecer o quórum e dar reinício à sessão.

Então, eu agradeço ao camarada Álvaro Gomes, que acaba de chegar, já permitindo a recomposição do quórum e naturalmente o reinício das atividades da sessão, que está apreciando o projeto de lei que trata do Orçamento do governo do Estado da Bahia.

O deputado Paulo Câmera acaba de chegar para restabelecer o quórum. E, assim, Sr. Presidente, nós retornamos às atividades desta sessão legislativa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já temos quórum.

Srs. Deputados, encerrada a discussão.

Encerrado o encaminhamento.

Vamos votar o relatório.

Pois não, deputado, primeiro, é votado o Orçamento e, depois, são votados os destaques.

Para encaminhar o deputado Paulo Azi pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro, o deputado Luiz de Deus pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero inicialmente parabenizar todos os deputados, quer seja da Base, da Situação, ou da Oposição, pelo enfrentamento desta jornada que, apesar de exaustiva, trouxe frutos, tenho certeza, positivos.

Hoje, Srs. Deputados, V. Ex^{as} saem daqui com um aprendizado muito grande e com informações que, eu tenho certeza, terão importância fundamental no exercício da função de todos os senhores.

Tivemos a oportunidade, Srs. Deputados, de fazer uma pequena incisão no programa Topa, do governo, e os senhores viram a importância do que aqui foi demonstrado. Ele não é esse programa que o governo tenta, aos quatro cantos deste Estado, com essa propaganda enganosa de 460 mil. Cadê o deputado João Bonfim? Ele serviu, deputado Álvaro Gomes, para pagar aquela cirurgia de catarata de Mortugaba, aquelas cirurgias de 5 minutos nas quais o professor disse que não gastava nem sequer esse tempo. Serviu para pagar aquela cirurgia, serviu para pagar, deputado Isaac Cunha, os exames oftalmológicos realizados saindo da merenda dos alfabetizando do Topa.

Os senhores tiveram conhecimento disso nesta noite. Por isso, digo que saem

daqui melhor informados. Vamos continuar examinando as entranhas desse Topa e mostrar à Casa que ele é mais um programa que visa tão-somente apresentar números, não tendo como objetivo principal realmente alfabetizar os baianos, haja vista que agora, segundo informações recebidas, esses “alfabetizados” saem apenas desenhando o nome.

Outro ponto importante, deputado Paulo Rangel - e isto interessa muito a V.Ex^a:- o Hospital de Juazeiro, hoje administrado pelo IMIP, Instituto Médico Infantil de Pernambuco, ligado, segundo informações recebidas, ao ex-ministro Humberto Costa, aquele envolvido com os chamados vampiros. É o que dizem. Mas tem de ter uma explicação, porque não se justifica... Foi passado o de Juazeiro e agora querem passar o de Paulo Afonso, que não é gerenciado pelo IMIP, pois continua sendo da CHESF. Ele ganhou a concorrência, deputado. V.Ex^a não sabe. Foi designado para fazer o edital, concorreu e ganhou. Se isso é legal, é também no mínimo antiético, porque ele foi convidado para fazer o edital.

Então, este Legislativo tem de ficar atento com o que irá ocorrer em Paulo Afonso. Não pensem que vão fazer lá o que fizeram em Juazeiro com facilidade. Iremos ficar atentos. E penso que o nosso governador tem de ficar com os olhos abertos, porque não é uma coisa que interessa ao Estado da Bahia assumir a direção daquele hospital. Devo alertar ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário da Saúde. Quero que me escutem bem. Vejam-me na televisão.

Se aquele hospital de Paulo Afonso passar para o Estado e, conseqüentemente, para o IMIP, eles vão assumir o hospital deles, porque vamos devolver o de Paulo Afonso, que é do Estado. Podem ficar certos disso, porque antes de completar 30 dias devolveremos aquele hospital ao Estado da Bahia.

Concluindo, Sr. Presidente, quero mais uma vez parabenizá-los e dizer que na nossa Bancada deveremos voltar contra, porque as nossas emendas não foram acatadas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, o deputado Paulo Azi por cinco minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vou propor prorrogar esta sessão pelo tempo de mais 200 minutos. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, estamos chegando, Sr. Presidente, ao final de uma longa sessão em que a Oposição procurou discutir exaustivamente a proposta Orçamentária do atual governo e que, infelizmente, não pudemos travar um verdadeiro debate em função da opção pelo silêncio, que os deputados governistas tiveram.

Durante toda a noite de ontem, e o dia de hoje, tentamos junto às lideranças do governo o acatamento de emendas que considerávamos essenciais ao

aperfeiçoamento do referido projeto. E, por isso mesmo, ante a negativa do relator e dos líderes governistas, fomos forçados a apresentar alguns destaques ao Orçamento que deverão ser apreciados ainda nesta sessão. Entre os destaques, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, estão aqueles que consideramos mais importantes, a exemplo do aumento de recursos para a Secretaria da Segurança Pública, viabilizando uma série de ações, entre elas o aumento do contingente da Polícia Civil do nosso Estado.

Faço o último apelo a V.Ex^{as}, a Oposição, caso essas emendas fossem acatadas, poderia até evoluir num gesto de boa vontade e votar favoravelmente a esse Orçamento. A negativa do governo nos impõe e nos obriga à votação contrária dessa matéria e a não flexibilização dos diversos prazos regimentais.

Não creio ser interessante ao governo iniciar um novo exercício financeiro sem ter o seu Orçamento aprovado por esta Casa. Talvez seja, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, o primeiro ano que tal fato venha a ocorrer e o governo inicie, inclusive, aquele que é o seu último ano, sem ter o seu Orçamento devidamente apreciado e votado por esta Casa.

Fica aqui o apelo, e mais a solicitação para que nós parlamentares da Oposição não sejamos forçados a encaminhar o voto à referida matéria do Orçamento do Estado da Bahia para o ano de 2010.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, praticamente há mais de 24 horas no Plenário que a Bancada da Oposição utilizou todos os argumentos para ver se sensibilizava a Bancada do governo a adiar a votação deste Projeto de Lei Orçamentária. E por que isso? Porque o projeto não foi devidamente discutido, o projeto não é do conhecimento da sociedade e da maioria dos deputados. Fizemos aqui obstruções. Discutimos na comissão, no Plenário e encaminhamos agora. Não nos resta hoje mais nenhum instrumento para protelação da sessão. Hoje não nos resta mais nenhum instrumento para obstrução. Só nos resta agora apelar para a consciência de cada um dos deputados da base do governo, no sentido de que nos dê uma oportunidade para que esta Casa amplie cada vez mais a sua inserção na sociedade, o seu papel de grande mediador dos conflitos sociais, o seu papel de grande fiscalizador do Executivo, o seu papel do órgão que aprova a Lei Orçamentária, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Estamos aqui discutindo um projeto importantíssimo que vai balizar as ações do governo no ano de 2010 e não podemos, deputado Luiz de Deus, de jeito nenhum, permitir que este projeto seja aprovado dessa maneira. Infelizmente, a Bancada da Oposição cresceu muito, mas ainda não o suficiente para que se paute a maneira desta Casa discutir as questões.

Com certeza ainda vamos, com fé em Deus, no ano de 2010 passar a ser Maioria nesta Casa. E aí daremos uma demonstração à Bahia, aos diversos

Legislativos estaduais que vamos discutir as matérias, que esta Casa será realmente a arena onde grandes assuntos da Bahia serão discutidos e não apenas uma instância homologatória.

Tenho certeza de que, individualmente, nenhum deputado, nenhuma deputada da base do governo está satisfeito com a condução deste Projeto de Lei Orçamentária, e numa área que o PT sempre anunciou ao Brasil que era o modelo do petista governar, o Orçamento Participativo.

As grandes reuniões do Orçamento Participativo que foram realizadas na Prefeitura de Porto Alegre permitiram que o PT chegasse ao governo do Rio Grande do Sul. Quem sabe, deputado Prof. Valdeci, se não foi esse trabalho inicial e pedagógico do PT em Porto Alegre, que possibilitou a chegada de Lula à Presidência da República? E agora o PT rasga o Orçamento Participativo. O PT na Bahia não quer que se discuta o Orçamento Participativo, por isso, Srs. Deputados, quero parabenizar a Bancada da Oposição pela luta que desempenhou ontem e hoje e que vamos desempenhar também no segundo turno na votação da Lei Orçamentária.

Não posso deixar de parabenizar a disciplina e o interesse da Bancada do governo nessas votações desde ontem.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, o deputado Clóvis Ferraz, pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} e Srs. Jornalistas, senhores e senhoras presentes às Galerias Paulo Jackson, estamos há mais de 24 horas discutindo a Lei Orçamentária para 2010. Infelizmente não houve sensibilidade por parte da Bancada do governo para acatar as emendas apresentadas. Entendemos que a peça orçamentária é o momento propício para que os deputados, tanto os de governo como os da Oposição, possam melhorá-lo, apresentar emendas, sugestões naquilo que venha a atender a população do Estado nas diversas áreas, ou remanejando recursos de uma área para outra ou acrescentando recursos dentro do Orçamento, e isso pode ser feito perfeitamente se houver esse entendimento da Bancada do governo com a Bancada da Oposição.

Infelizmente, o relator, nesta madrugada, leu de forma inaudível o seu parecer, deixando até dúvidas sobre o que estávamos realmente ouvindo. Do pouco que pudemos captar, muitas áreas ficaram sem recursos ou com poucos recursos para investimento no ano de 2010. E se essas áreas já tiveram problemas este ano, como as saúde, educação e segurança pública – isso é público e notório, não tiveram recursos suficientes –, sem recursos no próximo ano entendemos que, mais uma vez, o baiano irá sofrer com a questão da saúde, da educação, da segurança pública.

Portanto, poderíamos estar aqui todos votando a favor, prazerosamente, com as emendas atendidas para beneficiar a população. Mas, infelizmente, não deu. Faz parte do Parlamento, é o papel dos deputados da Oposição. É importante a Oposição em qualquer momento. Assegura a democracia, a discussão, assegura as opiniões dos contrários, mas é preciso também que haja sensibilidade por parte da Bancada da

Maioria para que possa haver o entendimento. Não havendo, é claro, a maioria vota, leva e ganha. Também faz parte do papel do Parlamento.

Por isso, estamos aqui encaminhando contra, infelizmente. Gostaríamos de estar encaminhando favoravelmente para que todos votassem aqui. Vamos ver se no segundo turno haverá entendimento para que todos possamos votar favoravelmente à peça orçamentária, a Lei Orçamentária para 2010.

Quero aqui, já neste final, teremos outras oportunidades ainda, mas quero desejar a todos os deputados e deputadas, funcionários da Casa, também à população baiana, um feliz Natal e próspero Ano Novo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. da imprensa, essa deve ter sido, sem sombra de dúvidas, uma das mais longas sessões que esta Casa já viu. Cumprimos com o nosso dever e saímos, nós da Bancada da Oposição, com a consciência do dever cumprido. Talvez a mais longa sessão de que eu tenha participado aqui em quase sete anos de mandato e obstruímos a votação do orçamento e gostaríamos de ter condição de votar favoravelmente pela aprovação da peça orçamentária do governo.

Entendemos que o Executivo é que tem as condições objetivas de poder estabelecer onde e quanto deve gastar na aplicação de suas políticas públicas. Mas não poderíamos abrir mão de nossas prerrogativas de modificar o orçamento, dando a nossa parcela de contribuição, para que as atividades fins, as quais deve um governo buscar atender, fossem contempladas. É por isso que por entender que nunca, em nenhum governo, a propaganda deve ser prioridade em detrimento de investimentos em serviços essenciais como a segurança pública, que está um caos em nosso Estado, que não poderíamos ficar silentes e deixar aprovar dessa forma o orçamento.

Infelizmente, o rolo compressor do governo passou, passou inclusive por cima de óbices regimentais que nós trouxemos aqui a empreender, mas o que vale é a luta. E a sociedade passa através da *TV Assembleia*, através do Diário Oficial, a ter conhecimento para que a gente possa ter condições de fazer o governo repensar que, daqui a 15 dias, quando tivermos condições de votar o segundo turno do orçamento, ainda seja possível uma votação de emendas que possam, efetivamente, contribuir para a melhoria da peça orçamentária e dar condições ao governador de implementar políticas públicas que alcancem especialmente os menos favorecidos, aqueles que precisam da maior ação do Estado.

Não poderia também deixar de dissertar um pouco acerca das emendas parlamentares. É inadmissível que, em pleno século XXI, com o amadurecimento que nós temos vivido da democracia, com o exemplo que temos do Congresso Nacional e de outros poderes, com a iminência e a discussão sempre moderna da aplicação de um orçamento impositivo, que nós não tenhamos a condição de ter as emendas

parlamentares, com rubrica certa e que nós possamos destinar determinada parcela ínfima do orçamento do Estado ao atendimento de comunidades que sabemos que precisam do atendimento do poder público.

O governador esteve recentemente visitando outros países da América Central para acompanhar a miséria, mas a miséria vive aqui. Noutro dia eu dizia desta tribuna que se o governador quisesse nos acompanhar, meu caro deputado Adolfo Menezes, à nossa querida Campo Formoso, nós temos lá para mostrar povoados que são bolsões de miséria, com casa de taipa, pessoas passando fome e que precisam tanto ou mais da ação do Estado do que países da América Central. E se nós tivéssemos a oportunidade de, mesmo que fosse um valor ínfimo, destinar recursos de emendas parlamentares, eu não tenho dúvida de que a intenção de cada um dos parlamentares desta Casa seria sempre de destinar recursos em especial a essas comunidades. As mais carentes, as que precisam mais do nosso apoio.

Espero que essa noite que tivemos que varar e invadir a madrugada para votar o orçamento de 2010 ilumine a alma e a cabeça dos deputados do governo e em especial do seu núcleo político, do seu governador para que possamos ter a oportunidade de contribuir com a modificação do Orçamento não para atrapalhar as ações do Governo, mas para poder viabilizar um Orçamento que corresponda melhor à realidade política, econômica do nosso Estado para que o governador tenha as ferramentas, e querendo, proceder as transformações que o nosso Estado merece, precisa e por isso precisamos dar esses instrumentos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, demais deputados, entendo que esta Assembleia Legislativa vive um momento muito rico de discussão e debate. Na realidade, ontem, iniciamos essa discussão, esse processo de debate iniciado na sessão das 14 h45min. Retomando a sessão às 19h e estamos nesse debate até o presente momento.

A Bancada Governista aqui firme e coesa, assim como a Bancada de Oposição também, travando este debate sobre um dos projetos mais importantes do nosso Estado, que esta Assembleia Legislativa tem discutido que é o do Orçamento. Aliás, talvez seja o mais importante. O Orçamento do Estado para o próximo ano está em 23 bilhões e 275 milhões representando um acréscimo de aproximadamente 4%. Em 2009 o Orçamento foi de 22 bilhões e 800 milhões, portanto houve um acréscimo no Orçamento para 2010.

É importante ressaltarmos que no que diz respeito aos Poderes temos aí o Orçamento de 2010 que prevê 2,36%, para o Legislativo quando o limite prudencial é de 3,23 e o legal de 3,4.

Para o Judiciário prevê 4,87%, quando o prudencial é de 5,7% e o legal é de 6%.

Para o Executivo prevê 45,28%, quando o prudencial é de 46,17% e o legal 48,6%.

Portanto, nessa questão do Executivo observamos a 'previsão do Orçamento já no limite 45,28% quando o prudencial é de 46,17 a margem muito pequena . Isso reflete os reajustes salariais, a valorização que o governo tem dado ao funcionalismo público, inclusive com ações como por exemplo o reajuste de salários, o caso do salário base para que não fique abaixo do mínimo, como acontecia anteriormente.

É importante também ressaltar que na área social o Orçamento do Estado cresceu de 55% para 58,5% e é importante também ressaltar que nas áreas de saúde, educação e segurança também o Orçamento cresceu, o que demonstra a preocupação do governo do Estado para as questões sociais e para redução das desigualdades sociais no nosso Estado.

No caso da saúde o Orçamento saiu de 13, 9% em 2009 para 15,3% em 2010.

No caso da educação saiu também de 13,9 % em 2009 para 15,2% em 2010% e no caso da segurança pulou de 8,4% para 8,7%, portanto, houve um crescimento no Orçamento na área social e nos setores importantes e estratégicos: saúde, educação e segurança. E é bom aqui entender que a questão da segurança está relacionada com questões sociais e, portanto, o governo vem investindo pesado para reduzir as desigualdades sociais e com isso buscar construir a paz, a partir da justiça social.

Portanto, é uma grande vitória a aprovação do Orçamento do Estado no 1º turno aqui nessa tarde de 17 de dezembro de 2009, depois de 24 horas de discussão ininterrupta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Srª PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Para discutir, deputado Pedro Alcântara. Na ausência, para discutir, deputado Paulo Rangel por cinco minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, amigos que se encontram nas Galerias Paulo Jackson, companheiros da imprensa.

Sr. Presidente, subo a esta tribuna não para fazer exatamente o encaminhamento, mas eu não podia , deputado Waldenor, até pedindo licença a V.Exª, deixar de comentar de forma leve o episódio de ontem, quando o deputado Gaban subiu a esta tribuna e fez uma denúncia de que um deputado federal do PT possivelmente estaria envolvido naquela operação que culminou com a prisão do comandante da Polícia Militar do Estado da Bahia.

Quero dizer que lamentamos o comportamento do deputado Gaban, não foi a primeira vez que ele se dirigiu de forma desrespeitosa a um deputado do PT ,e desta vez atingiu toda a Bancada Federal. Fiquei mais surpreso ainda, deputado Luiz de Deus, quando o deputado Gaban disse que sabia quem era o deputado e que era uma pessoa que ele muito estimava, e hoje a imprensa colocou como possível denunciado o deputado Emiliano José.

Primeiro, quero dizer que nenhum deputado federal do PT esteve envolvido naquele processo de corrupção que foi detectado junto à Polícia Militar do Estado da

Bahia. Segundo, deputado Emiliano José é um deputado que goza do respeito de praticamente 99% dos parlamentares da Assembleia Legislativa da Bahia. Foi um dos melhores deputados que já passaram por esta Casa em todos os tempos. Companheiro combativo, e se existe um homem sério e direito fazendo política no Estado da Bahia eu diria que deve fazer igual ou parecido ao que faz o deputado Emiliano José.

Lamento mais ainda o fato, deputado Luiz de Deus, porque o deputado Gaban foi ingrato, a palavra certa é essa ingratidão. Não sei se foi justo ou injusto, acredito ainda que o deputado Gaban foi injustiçado; ele, em certo momento da sua história política, sofreu algumas acusações graves: a de ter comprado um apartamento acima do preço que suas posses lhe permitiria e de ter feito remessa de dólares para o exterior. Era sempre acusado aqui pelo deputado Targino Machado, e vejam bem os senhores: o deputado Emiliano José foi o deputado mais solidário da Assembleia Legislativa com o deputado Gaban.

O deputado Emiliano José reuniu toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores, depois de uma reunião com o deputado Gaban, e nos pediu um voto de confiança de que o deputado Gaban não tinha nenhum tipo de envolvimento, e a Bancada do Partido dos Trabalhadores evitasse fazer qualquer comentário.

Infelizmente, isso ainda é da vida política. Foi assim que o deputado Gaban procedeu em relação ao deputado Emiliano José, inclusive a acusação que foi feita trata-se de uma matéria requeitada, que já havia saído no jornal *A Tarde*. Eu, como Líder dos Trabalhadores, conhecendo o deputado Emiliano José há mais de 30 anos, não poderia ficar calado, não poderia deixar de subir nesta tribuna para dizer que o deputado Emiliano José goza de toda a nossa confiança, tem a nossa solidariedade. Não foi justo o que tentaram fazer com a imagem desse homem a quem a democracia tanto deve no Estado da Bahia e no Brasil.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Para encaminhar, o deputado Pedro Alcântara, por cinco minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Muito obrigado. Sr^a Presidenta.

Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Imprensa, companheiros dessa jornada de tanto tempo, desejo que a vontade de vocês seja atendida, acho justa a luta de vocês, ouvintes da *TV Assembleia*, já estamos aqui há algum tempo e para nós pouco do que acontece nesta Casa é novidade. Foi importante esse enfrentamento democrático nesta Casa, da Oposição firme nas suas convicções, como também a união da Bancada do governo sob a liderança do deputado Waldenor. Nós, como Bancada Independente, que temos a honra de liderar, estamos nesse processo de avaliação, discussão e com certeza daqui a pouco votação do projeto maior desta Casa, que é o nosso Orçamento. Sempre liberamos a nossa Bancada para que cada deputado, dentro da sua convicção, proceda à sua análise, à sua crítica e às suas colocações, até na apresentação das emendas, de acordo com o pensamento de cada um da Bancada do PR.

Hoje, pela manhã, não sei se de 4h30min para 5:00h, um pouco antes ou um pouco depois, eu alertava esta Casa, pela experiência também como médico, que, quando se passa... Não estávamos treinados para enfrentar por muito tempo uma obstrução desse tipo, tanto a Situação como a Oposição, poderíamos até mudar o comportamento nesta Casa em função da própria resistência, do biotipo de cada um, às vezes pela baixa da glicemia, uma hipoglicemia, por alguns distúrbios etc. Aconteceram alguns fatos aqui, acredito que isso é do processo democrático. O deputado Paulo Rangel... Foi um momento... O deputado Gaban, fui vice dele quando ele foi presidente nesta Casa, às vezes é um pouco temperamental. Temos que, por um lado, entender que foi algo que não poderia ter acontecido, mas houve uma preocupação do deputado em não exacerbar nessa questão. São coisas de uma obstrução, são coisas que acontecem no Parlamento não só da Bahia, mas no do Brasil, no do mundo inteiro.

Outras questões maiores e menores aconteceram nesse processo. O mais importante é o fortalecimento desta Casa, Sr. Presidente, é a capacidade de negociação. Tenho dito que às vezes passamos um mês discutindo alguma questão e, num minuto, se resolve com o entendimento de um acordo. Depois de esgotadas as forças políticas de cada um, as convicções de cada um, marchamos para um entendimento. Esse é o valor da democracia. Às vezes dizem assim: o Parlamento passa três anos para discutir um projeto, um ano, dois anos, três anos, de repente, em um dia, ou em uma hora, ou em 5 minutos, acorda aquilo que poderia ser feito há três anos.

Mas essa é a beleza do Parlamento, deputado João Carlos Bacelar. V.Ex^a que é um dos expoentes desta Casa, inclusive muito justamente premiado entre os melhores deputados desta Casa pelo seu trabalho, pela sua experiência, pela sua convicção, às vezes acho que eu exagero um pouco, mas isso é do estilo de cada um. Então, é a beleza do Parlamento que está nisso. Essa discussão acelerada, calorada, que, às vezes, demora tempos para um projeto aqui maturar e ser votado.

Agora, o apelo que faço a esta Casa, e vi um dado, deputado Gilberto Brito, que a Câmara dos Deputados votou 40 projetos de deputados e 39 do Executivo. Mas não era projeto de Título de Cidadão não, projeto de importância que mexe com a vida da Nação. Então, este ano, como há muito não ocorria, a Câmara dos deputados votou o maior número de projetos oriundos do próprio Legislativo do que de outros poderes. Inclusive do próprio Executivo, deputado Reinaldo Braga.

Aqui, patinamos para votação de projetos oriundos desta Casa. Acho que até poderíamos analisar no sentido determinar uma taxa de projetos, 10%, 20% dos projetos oriundos do próprio Legislativo e ser obrigado por lei votarmos isso. Temos projetos importantes que talvez quando voltarmos a esta Casa serão inócuos: a lei do antitumo, que as Câmaras das grandes cidades já estão aprovando; a questão dos hidrômetros, apresentamos um projeto há tanto tempo nesta Casa e nunca foi votado. A Câmara de Vereadores já votou para prédios novos em Salvador terem seu hidrômetro individual em cada apartamento.

Então, quando estamos trabalhando lentamente...

Estou a concluir, deputada-presidente Antônia Pedrosa, essa valorosa mulher brasileira, são-franciscana de Barreiras, que preside esta sessão importante. Acho que devemos buscar um mecanismo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, de votarmos projetos nossos, projetos importantes estão aí, vários projetos. Nomear uma comissão para que possamos, realmente, votar esses projetos.

No próximo ano, mesmo sendo ano de eleições, vamos ver se votamos a reforma do Regimento Interno, para que ele seja um Regimento para a Casa e não para partidos que oportunamente estejam no poder ou na oposição. Muito obrigado, Sr Presidente.

Portanto, acho, deputado Reinaldo Braga, nós que trabalhamos, V.Ex^a como presidente desta Casa, como presidente da Comissão Especial da Reforma, nós como Líderes de Bancada e de governo, não conseguimos dotar esta Casa de um Regimento. Esse Regimento não é ruim, ele é um pouco complexo. Acho que ele precisa se modernizar, atuar na velocidade que as coisas acontecem hoje. Às vezes, apenas um deputado pode inviabilizar os processos nesta Casa. Apenas um deputado! Isso não está certo, não está correto um deputado se sobrepôr a maioria absoluta esmagadora de 62 deputados, chegar num momento como esse e apresentar destaques, pode se destacar até a palavra.

Então, precisamos, na realidade, dotar esta Casa, no primeiro semestre do próximo ano, antes da campanha eleitoral, depois das convenções, com um Regimento ágil, fácil de ser interpretado e que não gere tantos conflitos.

Mas, o Regimento é para isso mesmo, Sr. Presidente. É um apelo que faço aos Srs. Deputados e dizer que as questões que transcorreram aqui, deputado Paulo Rangel, vamos deixar que o calor dessa obstrução longa, estamos aqui faz um bom tempo, alguns até cochilaram, outros não, como eu e V.Ex^a, isso faz parte do processo democrático, faz parte do processo desta Casa e do Parlamento...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- (...) entendo que somos agentes políticos com responsabilidade de conduzirmos as questões de acordo para atender, principalmente, aos anseios da sociedade baiana.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, o último orador, deputado Waldenor Pereira.

Vai encaminhar, deputado

O Sr. Waldenor Pereira:- Vou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Espere só um segundo.

Srs. Deputados, depois de uma longa noite e um longo dia, vamos votar o Orçamento. Srs. Deputados, vamos votar o Orçamento.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, quero solicitar a V.Ex^a que proceda uma verificação de *quorum* de votação, já que é necessário *quorum* qualificado para apreciar uma matéria de tamanha relevância, como esta, Sr. Presidente: o Orçamento do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a iniciativa do deputado Paulo Azi de solicitar uma verificação de *quorum* de votação, quero convidar todos os colegas deputados e deputadas da nossa Bancada para este momento especial, pois iremos agora votar em primeiro turno, o projeto de lei que estabelece o Orçamento para o ano de 2010.

Trata-se de um Orçamento de aproximadamente 24 bilhões de reais, um Orçamento importante que define um volume razoável de investimentos com recursos do Tesouro do Estado, quase 2 bilhões, destina para a área social aproximadamente 60% do seu total, viabiliza crescimento considerável na educação, na saúde, na segurança pública e, portanto, este é um momento especial, e nós gostaríamos de convidar todos os colegas, deputados e deputadas, que se encontram em seus gabinetes, no salão anexo, na biblioteca, no cafezinho, pois é urgente e imprescindível que os parlamentares na nossa Base, da Base do governo e também da Oposição se desloquem até o Plenário, pois neste momento estaremos votando o projeto de lei que trata do Orçamento anual para 2010.

É necessário que possamos recompor o quórum de votação, com 32 senhores parlamentares, e por essa razão convido, conclamo, convoco todos os colegas deputados e deputadas da Base do governo, para que imediata e urgentemente se desloquem para o Plenário desta Casa Legislativa, porque pretendemos votar o mais rápido possível, ainda vamos ter que votar alguns destaques apresentados pela Oposição e por isso é urgente a necessidade do deslocamento dos parlamentares até o Plenário.

Prezados colegas, deputados e deputadas da Base de Situação, da Base do governo e também colegas deputados da Oposição, convidamos todos a se deslocarem imediatamente até o Plenário desta Casa Legislativa, pois agora, tenha um pouco de calma, eu tenho que aproveitar os 5 minutos da convocação para que todos possam vir o mais rápido possível.

Este é um momento especial, sei que o deputado Euclides está ansioso por retornar à Terra do Sol, a sua queridíssima cidade de Jequié, eu também tenho uma estima toda especial por aquela cidade, mas vamos aguardar que os nossos colegas adentrem o Plenário, como faz agora o deputado Bira Corôa, se somando à Bancada do PT, por isso, convoco os colegas para imediatamente se apresentarem ao Plenário, pois vamos votar agora o Orçamento em primeiro turno, precisamos de 32 senhores parlamentares.

Agradeço ao senhor presidente, solicito ao deputado Marcelo Nilo que possa

nos ajudar, fazendo soar as campainhas e também convocando os colegas para o processo de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a também será atendido.

Srs. Deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, no restaurante, no Salão Deputado Nestor Duarte, na biblioteca, nas lideranças, venham para o Plenário.

Hora máxima. Votação do Orçamento do Estado.

Zerem o painel. Marquem 25 minutos.

Questão de ordem do deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- deputado Marcelo Nilo, ao longo dos debates verificados aqui durante a noite de ontem e no dia de hoje, algumas colocações foram feitas, dentre as quais....

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gilberto, Marque a presença antes, por favor.

O Sr. Gilberto Brito:- (...) a de que o Hospital Regional de Seabra jamais seria construído. Sabendo do propósito do governo, e tendo mantido conversações com o secretário Solla, um profissional e gestor da mais alta qualificação e também de envergadura moral, voltei a manter contato com ele ainda há pouco e dele recebi a informação de que o processo visando a licitação da obra para construir o Hospital Regional de Seabra se encontra na Procuradoria e deverá ter o parecer final, provavelmente, até a próxima segunda-feira. A partir daí, será lançado o edital de licitação desse hospital, que sem dúvida irá se constituir numa obra da maior relevância para toda a região da Chapada Diamantina.

Deputado Luiz de Deus, Seabra se posiciona no epicentro da Bahia, e por lá passa a BR-242, ligando Salvador a Brasília. Por aquele município baiano transita diariamente gente de pelo menos 40 cidades deste Estado. Sendo instalada lá, teremos mais uma unidade de saúde que contará não somente com tudo que é pertinente para a média complexidade dum hospital, mas também com tratamento oncológico e hemodiálise. Esta é, sem dúvida, uma grande alegria para todos que vivem na Chapada Dimantina, especificamente em Seabra. Trata-se duma vitória de todos os baianos essa grande obra do governo Jaques Wagner que irá trazer conforto, bem-estar para toda a região.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Há quórum. Retorna o quórum. Vamos votar.

Como recomenda à sua Bancada, deputado Waldenor Pereira, a votação do Orçamento estadual?

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, recomendamos à nossa Bancada votar favoravelmente, votar sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Waldenor Pereira, Líder do governo, recomenda sim.

Deputado Pedro Alcântara, Líder do PR.

O Sr. Pedro Alcântara:- Pelas manifestações dos deputados do partido durante o processo de discussão, nós recomendamos sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O Deputado-Líder do PR também recomenda sim.

Há algum deputado do PMDB presente? A deputada Antônia Pedrosa.

Como recomenda à sua Bancada, deputado Paulo Azi, Líder em exercício?

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, apesar dos diversos apelos feitos, tanto ao relator como ao Líder do governo, para acatarem as emendas que consideramos essenciais ao projeto, houve a negativa. Ainda lembramos a V.Ex^a que existem alguns destaques que deverão ser ressaltados durante este processo de votação. E nós recomendamos o voto contrário ao Orçamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O Líder da Minoria recomenda o voto não.

Como recomenda à sua Bancada a única deputada presente do PMDB, Antônia Pedrosa?

A Sr^a Antônia Pedrosa:- Sr. Presidente, eu libero a Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a libera a Bancada, nobre deputada Antônia Pedrosa, única parlamentar presente do PMDB, sempre assídua.

Em 1^a discussão e votação o Projeto de Lei nº 18.288/2009.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 18. 288/2009

Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2010.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2010, nos termos das normas das Constituições Federal e Estadual e da Lei nº 11.482 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 10 de julho de 2009, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive as empresas estatais dependentes;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, cujas ações são relativas à saúde, previdência e assistência social; e,

III - o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita e Fixação da Despesa

Art. 2º - A receita total é estimada em R\$ 23.275.223.228,00 (vinte e três bilhões, duzentos e setenta e cinco milhões, duzentos e vinte e três mil e duzentos e vinte e oito reais).

Art. 3º - A receita decorrerá da arrecadação efetuada nos termos da legislação vigente e segundo as especificações constantes do Anexo II desta Lei, observado o seguinte desdobramento:

			R\$ 1,00
Especificação	Tesouro	Outras Fontes	Total
Receitas Correntes	20.017.864.506	2.905.843.618	22.923.708.124
<i>Receita Tributária</i>	<i>11.246.410.960</i>	<i>-</i>	<i>11.246.410.960</i>
<i>Receita de Contribuições</i>	<i>-</i>	<i>1.169.669.500</i>	<i>1.169.669.500</i>
<i>Receita Patrimonial</i>	<i>139.378.249</i>	<i>80.863.888</i>	<i>220.242.137</i>
<i>Receita Agropecuária</i>	<i>-</i>	<i>1.830.010</i>	<i>1.830.010</i>
<i>Receita Industrial</i>	<i>-</i>	<i>124.000</i>	<i>124.000</i>
<i>Receita de Serviços</i>	<i>51.878.269</i>	<i>104.495.753</i>	<i>156.374.022</i>
<i>Transferências Correntes</i>	<i>8.209.400.778</i>	<i>1.009.895.786</i>	<i>9.219.296.564</i>
<i>Outras Receitas Correntes</i>	<i>370.796.250</i>	<i>538.964.681</i>	<i>909.760.931</i>
Receitas de Capital	1.332.562.590	126.179.959	1.458.742.549
<i>Operações de Crédito</i>	<i>698.482.000</i>	<i>-</i>	<i>698.482.000</i>
<i>Alienação de Bens</i>	<i>2.500.000</i>	<i>4.637.000</i>	<i>7.137.000</i>
<i>Amortização de Empréstimos</i>	<i>2.967.990</i>	<i>50.222.367</i>	<i>53.190.357</i>
<i>Transferências de Capital</i>	<i>628.612.600</i>	<i>71.200.592</i>	<i>699.813.192</i>

<i>Outras Receitas de Capital</i>	-	120.000	120.000
Receitas Intra-Orçamentárias			
Correntes	-	1.439.669.000	1.439.669.000
<i>Receitas de Contribuição</i>	-	1.409.235.000	1.409.235.000
<i>Receitas de Serviços</i>	-	30.434.000	30.434.000
Deduções da Receita Corrente	(2.546.896.445)	-	(2.546.896.445)
TOTAL	18.803.530.651	4.471.692.577	23.275.223.228

Art. 4º - A despesa total, no mesmo valor da receita, é fixada em R\$ 23.275.223.228,00 (vinte e três bilhões, duzentos e setenta e cinco milhões, duzentos e vinte e três mil e duzentos e vinte e oito reais), sendo:

I - no Orçamento Fiscal, R\$ 16.842.056.190,00 (dezesseis bilhões, oitocentos e quarenta e dois milhões, cinquenta e seis mil e cento e noventa reais);

II - no Orçamento da Seguridade Social, R\$ 6.433.167.038,00 (seis bilhões, quatrocentos e trinta e três milhões, cento e sessenta e sete mil e trinta e oito reais);

Art. 5º - A despesa fixada, observada a consolidação e o detalhamento da programação constante dos Anexos I e II desta Lei, apresenta, por Órgão, incluindo as entidades da Administração indireta a eles vinculados, o seguinte desdobramento:

	R\$ 1,00		
Especificação	Tesouro	Outras Fontes	Total
Assembléia Legislativa	266.353.105	-	266.353.105
Tribunal de Contas do Estado	127.247.495	-	127.247.495
Tribunal de Contas dos Municípios	100.433.087	-	100.433.087
Tribunal de Justiça	1.079.664.263	6.745.199	1.086.409.462
Casa Militar do Governador	22.211.000	-	22.211.000
Procuradoria Geral do Estado	75.423.000	-	75.423.000
Gabinete do Governador	9.255.000	-	9.255.000
Gabinete do Vice-Governador	1.596.000	-	1.596.000
Casa Civil	89.828.000	-	89.828.000

Secretaria da Administração	991.628.063	2.611.168.000	3.602.796.063
Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	281.633.000	14.727.000	296.360.000
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	84.571.000	22.111.000	106.682.000
Secretaria de Cultura	147.046.000	42.979.000	190.025.000
Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	113.077.000	6.082.917	119.159.917
Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza	208.297.000	26.564.000	234.861.000
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	1.017.339.000	5.677.000	1.023.016.000
Secretaria da Educação	3.423.638.581	96.655.000	3.520.293.581
Secretaria da Fazenda	544.629.000	206.582.000	751.211.000
Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração	135.609.000	45.390.000	180.999.000
Secretaria de Infra-Estrutura	512.479.000	28.164.000	540.643.000
Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	187.887.000	-	187.887.000
Secretaria do Meio Ambiente	233.201.602	16.061.000	249.262.602
Secretaria de Relações Institucionais	5.323.000	-	5.323.000
Secretaria do Planejamento	146.929.335	1.338.000	148.267.335
Secretaria de Promoção da Igualdade	6.749.000	260.000	7.009.000
Secretaria da Saúde	1.641.291.577	1.046.250.461	2.687.542.038
Secretaria da Segurança Pública	1.992.834.000	26.566.000	2.019.400.000
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	89.485.000	7.290.000	96.775.000
Secretaria de Turismo	61.573.000	27.622.000	89.195.000
Encargos Gerais do Estado	4.798.204.142	233.460.000	5.031.664.142
Ministério Público	314.072.495	-	314.072.495
Defensoria Pública do Estado da Bahia	69.022.906	-	69.022.906
Reserva de Contingência	25.000.000	-	25.000.000
Total	18.803.530.651	4.471.692.577	23.275.223.228

Seção II

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares e Contratação de Operações de Crédito

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - com a finalidade de atender insuficiência nas dotações orçamentárias, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa atualizada dos orçamentos de que trata o art. 4º desta Lei, mediante a utilização de recursos, na forma permitida pelo art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decorrentes de:

- a) anulação, parcial ou total, de dotações orçamentárias ou de créditos autorizados em Lei;
- b) anulação da Reserva de Contingência, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000, e nos artigos 16 e 77 da Lei nº 11.482/09;
- c) superávit financeiro do Estado e das entidades da Administração indireta e fundos, apurado nos respectivos balanços patrimoniais do exercício anterior;
- d) excesso de arrecadação superveniente da execução dos orçamentos aprovados por esta Lei.

II - à conta de recursos provenientes de operações de crédito e das respectivas variações monetária e cambial, até o limite autorizado em lei ou previsto no cronograma de recebimento;

III - mediante a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de um programa para outro ou de um órgão para outro para atender a necessidades supervenientes, devidamente justificadas.

Parágrafo único - Não serão computados, para efeito do limite previsto neste artigo, os créditos suplementares destinados a suprir insuficiências das dotações relativas a pessoal e encargos sociais, inativos e pensionistas, dívida pública, honras de aval, débitos de precatórios judiciais, despesas à conta de receitas vinculadas ou de recursos próprios e o oferecimento de recursos da própria entidade, secretaria ou órgão, ou da reserva de contingência.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 20% (vinte por cento) da receita corrente líquida estimada nesta Lei, observado o disposto nos arts. 32 e 38 da Lei Complementar nº 101/00.

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

Art. 8º - As despesas do Orçamento de Investimento das Empresas, fixadas em R\$ 397.488.000,00 (trezentos e noventa e sete milhões e quatrocentos e oitenta e oito mil reais), constantes do Anexo II, têm o seguinte desdobramento:

R\$ 1,00	
Especificação	Valor
Secretaria da Administração	2.120.000
Secretaria da Fazenda	48.300.000
Casa Civil	14.735.000
Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração	8.136.000
Secretaria de Infra-Estrutura	49.208.000
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	274.989.000
Total	397.488.000

Art. 9º - As fontes de financiamento para cobertura dos investimentos fixados no artigo anterior, vedado o endividamento junto a empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras para compensar frustração de receita, são estimadas com o seguinte desdobramento:

R\$ 1,00	
Especificação	Valor
Geração Própria	354.188.000
Originárias de Terceiros	43.300.000
<i>Operações de Crédito Interna</i>	43.300.000
Total	397.488.000

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do orçamento atualizado de cada empresa, observado o disposto no art. 8º desta Lei.

Parágrafo único - Nos créditos suplementares financiados com operações de crédito, inclusive as respectivas variações monetária e cambial, o limite será o valor autorizado em Lei ou previsto no cronograma de recebimento, e nos casos de convênios e outros acordos, o valor neles previsto.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 - As metas fiscais, definidas na Lei nº 11.482, de 10 de julho de 2009, de acordo com o seu art. 2º, parágrafo único, ficam ajustadas na forma dos quadros integrantes do Anexo I desta Lei.

Art. 12 - O PPA 2008-2011, instituído pela Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, fica alterado na forma do “Quadro Demonstrativo das Modificações do PPA” e do “Quadro Atualizado das Atividades de Apoio Administrativo por Natureza de Despesa e Fonte de Recurso” integrantes do Anexo II desta Lei.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de dezembro de 2009

Deputado Paulo Câmara
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos votar. Em votação. (Pausa) . Falta votarem o deputado Adolfo Menezes, que está presente, a deputada Antônia Pedrosa, que está aqui votando, os deputados Arthur Maia, Capitão Tadeu - que passou a noite toda aqui, a madrugada -, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Heraldo Rocha, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Marizete

Pereira, Misael Neto - Srs. Deputados, não saiam, porque haverá a votação dos destaques -, Sandro Régis, Sérgio Passos.

Encerrarei a votação. (Pausa) Encerrada a votação. Aprovando o orçamento do Estado da Bahia, o Projeto de Lei nº 18.288/2009, em 1º turno: sim, 34; não, 6. Portanto, está aprovado.

Votaremos os destaques que a Liderança da Minoria enviou com mais de 21 assinaturas. Primeiro destaque: Deputado Paulo Azi recomenda sim; deputado Pedro Alcântara libera a Bancada; deputada Antônia Pedrosa recomenda sim; deputado Waldenor Pereira...

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, quero pedir desculpas, mas a nossa Bancada recomendará o voto não, pela rejeição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Votamos a peça principal que é o orçamento; agora, vamos votar os destaques. Deputado Paulo Azi recomenda sim; deputado Waldenor recomenda não. Então, será simbólica. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram e os que não aprovam, os que querem seguir o deputado Waldenor levantem a mão; deputado Pedro Alcântara libera a Bancada; deputada Antônia Pedrosa recomenda sim.

Quem quer seguir o deputado Waldenor Pereira, ou seja, derrubar o destaque levanta a mão.

Srs. Deputados, destaque para a apreciação da emenda 36.699 do Projeto Lei 18.288. Conforme estabelece o art. 1º 91 do Regimento Interno, vem requerer a V.Ex^a destaque para apreciação da emenda 36.699 do Projeto de Lei 18.288. Os Srs. Deputados que aprovam este destaque permaneçam como se encontram; os que não o aprovam, levantem a mão. (Pausa) Rejeitado por maioria.

Destaque para apreciação da emenda 36.700 do Projeto de Lei 18.288/2009. Os Srs. Deputados que aprovam este destaque permaneçam como se encontram; os que o rejeitam, levantem a mão. (Pausa) Rejeitado por maioria.

Destaque para apreciação da emenda 36.701 do projeto em foco. Os Srs. Deputados que aprovam o destaque permaneçam como se encontram; os que o rejeitam, levantem a mão. (Pausa) Rejeitado por maioria.

Destaque para apreciação da emenda 36.702 do Projeto de Lei 18.288. Os Srs. Deputados que aprovam o destaque permaneçam como se encontram; os que o rejeitam, levantem a mão. (Pausa) Rejeitado.

Destaque para apreciação da emenda 36.703 do Projeto de Lei 18.288. Os Srs. Deputados que aprovam o destaque permaneçam como se encontram; os que o rejeitam, levantem a mão. (Pausa) Rejeitado por maioria.

Destaque para apreciação da emenda 36.704 do Projeto de Lei 18.288. Os Srs. Deputados que aprovam o destaque permaneçam como se encontram; os que o rejeitam, levantem a mão. (Pausa) Rejeitado por maioria.

Destaque para apreciação da emenda 36.705 do Projeto de Lei 18.288. Os Srs. Deputados que aprovam o destaque permaneçam como se encontram; os que o rejeitam, levantem a mão. (Pausa) Rejeitado por maioria.

Destaque para apreciação da emenda 36.706 do Projeto de Lei 18.288. Os

Srs. Deputados que aprovam o destaque permaneçam como se encontram; os que o rejeitam, levanten a mão. (Pausa) Rejeitado por maioria.

Destaque para apreciação da emenda 36.707 do Projeto de Lei 18.288. Os Srs. Deputados que aprovam o destaque permaneçam como se encontram; os que o rejeitam, levanten a mão. (Pausa) Rejeitado.

Destaque para apreciação da emenda 36.708 do Projeto de Lei 18.288. Os Srs. Deputados que aprovam o destaque permaneçam como se encontram; os que o rejeitam, levanten a mão. (Pausa) Rejeitado.

Destaque para apreciação da emenda 36.709 do Projeto de Lei 18.288. Os Srs. Deputados que aprovam o destaque permaneçam como se encontram; os que o rejeitam, levanten a mão. (Pausa) Rejeitado por maioria.

Próximo destaque, para apreciação da Emenda 36.710 ao Projeto de Lei 18.288. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram, os que rejeitam levanten a mão. (Pausa) Rejeitado o destaque.

Próximo destaque, para apreciação da Emenda 36.711 ao Projeto de Lei 18.288. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram, os que rejeitam levanten a mão. (Pausa) Rejeitado por maioria.

Próximo destaque, para apreciação da Emenda 36.712 ao Projeto de Lei 18.288. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram, os que rejeitam levanten a mão. (Pausa) Rejeitado o destaque.

Próximo destaque, para apreciação da Emenda 36.713 ao Projeto de Lei 18.288. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram, os que rejeitam levanten a mão. (Pausa) Rejeitado o destaque por maioria.

Próximo destaque, para apreciação da Emenda 36.714 ao Projeto de Lei 18.288. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram, os que rejeitam levanten a mão. (Pausa) Rejeitado o destaque por maioria.

O Sr. Paulo Azi:- Faço um apelo para que o próximo destaque seja aprovado.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sinto muito, mas teremos que rejeitar.

Último destaque, para apreciação da Emenda 36.715 ao Projeto de Lei 18.288. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram, os que rejeitam levanten a mão. (Pausa) Rejeitado o destaque.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Peço a compreensão dos colegas, mas quero fazer um registro sobre uma pessoa com a qual aprendi muito nesta Casa, o deputado Luiz Cabral, que há 21 anos faleceu num acidente após uma comemoração de fim de ano que realizávamos. Ele faleceu quase nessa mesma hora, e quero lamentar e registrar os 21 anos de falecimento do grande deputado que passou por esta Casa, Líder de Bancada, o deputado Luiz Cabral.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Pedro Alcântara, eu proponho um minuto de silêncio.

Srs. Deputados, hoje, completam 21 anos que o deputado Luiz Cabral, um

dos grandes parlamentares desta Casa, faleceu, uma pessoa querida, que, salvo engano, era primeiro-secretário desta Casa, por isso quero propor um minuto de silêncio em memória do saudoso deputado Luiz Cabral.

(Pausa) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, inicialmente quero parabenizar os 63 parlamentares, em especial aos seus Líderes. Estamos aqui há 27 horas em votação, e acredito que ficou consolidado que a Bancada de Oposição é uma Bancada muito aguerrida, bem como ficou consolidado que a Bancada do Governo é uma Bancada muito coesa.

Portanto parabenizo a todos os Srs. Deputados, e parabenizo, inclusive, todos os funcionários: as taquígrafas, os seguranças, os companheiros da Secretaria da Mesa, a Rita e Conceição, ao pessoal da informática, aos companheiros da Mesa, os assessores dos deputados, aos garçons e a todos os funcionários da Fundação Paulo Jackson.

Quero agradecer também a todos que trabalham, inclusive a imprensa que esteve presente durante toda a madrugada, a todos que fazem e fizeram esse parlamento, um parlamento sério, ativo e honrado.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de conceder uma questão de ordem ao deputado Waldenor, convocarei uma sessão extraordinária para um minuto após o encerramento desta, para votarmos um projeto que já tem a dispensa de formalidades, dada pelos quatro Srs. Líderes. É um projeto de resolução de autoria da Mesa Diretora que institui o programa de incentivo à aposentadoria voluntária por tempo de serviço dos servidores de cargos e provimentos permanentes da Assembleia Legislativa.

É o projeto que a Mesa aprovou para dar um incentivo àqueles que podem se aposentar, fazendo jus a sua aposentadoria com alguns ganhos idênticos aos que são feitos por outras empresas do Estado e também particulares.

Portanto, antes de encerrar, eu gostaria de conceder uma questão de ordem ao deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, agradeço a V.Ex^a.

Esta questão de ordem se deve ao fato de convocarmos a nossa Bancada para a seguinte agenda, ou seja, o cronograma a ser cumprido até o final dos trabalhos legislativos. No dia 22 de dezembro estaremos a postos para apreciar vários projetos, inclusive os projetos que aprovamos no requerimento de urgência do dia de ontem. No dia 30 de dezembro estaremos possivelmente votando, em segundo turno, o Orçamento e também apreciando outros projetos.

Vamos avaliar a possibilidade de concluir, talvez em entendimento com a própria Oposição. Vou procurar Dr. Heraldo Rocha e o companheiro deputado Paulo Azi, Vice-Líder, para buscar o entendimento e ver se conseguimos terminar as atividades no dia 30. Todavia, segundo o cronograma apresentado antecipadamente para todos, concluiremos os trabalhos no dia 5 de janeiro. Então, queria chamar a atenção de todos os colegas para que nos dias 22, 30 de dezembro e 5 de janeiro

estejam com as suas agendas devidamente organizadas para estarem presentes nesta Casa Legislativa apreciando e votando outros projetos de interesse do nosso governo, do Poder Judiciário, possivelmente, e principalmente aprovar, em segundo turno, o Projeto do Orçamento.

Quero também, Sr. Presidente, parabenizar a Bancada da Oposição por esta noite, essas 24 horas de debate, discussão e apreciação que só fizeram dignificar esta Casa Legislativa, este Parlamento. Foram 24 horas de debate, discussão, de respeito mútuo e por isso quero parabenizar a Bancada da Oposição que se portou com muito determinação e compromisso, mas, acima de tudo, com muito respeito na relação com a Bancada do governo. Parabenizo toda a Bancada na pessoa do deputado Paulo Azi que ainda se encontra por aqui representando a Bancada da Oposição.

Então, colegas, fiquem atentos porque dias 22, 30/12 e 5 de janeiro estaremos aqui apreciando e votando outros projetos de interesse do povo do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de encerrar eu gostaria de dizer, deputado, só acrescentando, que não houve acordo entre as Bancadas da Oposição e do governo, ambas se comportaram com muita dignidade, cada uma defendendo os seus interesses, bem como as suas ideologias, mas com respeito mútuo.

Acredito que foi uma noite maravilhosa e este Parlamento só tem a ganhar.

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*